

**FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS
CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA
DO BRASIL (CPDOC)**

Proibida a publicação no todo ou em parte;
permitida a citação. A citação deve ser fiel à
gravação, com indicação de fonte conforme
abaixo.

GRAU, Eros Roberto. Eros Roberto Grau I
(depoimento, 2012). Rio de Janeiro,
CPDOC/Fundação Getulio Vargas (FGV), (3h
56min).

Esta entrevista foi realizada na vigência do
convênio entre ESCOLA DE DIREITO RIO
DA FGV. É obrigatório o crédito às instituições
mencionadas.

**Eros Roberto Grau I
(depoimento, 2012)**

Rio de Janeiro

2020

Ficha Técnica

Tipo de entrevista: História de vida

Entrevistador(es): Mariana Ferreira Cardoso da Silva; Muriel Soares; Rafael Mafei Rabelo Queiroz;

Levantamento de dados: Alynne Nayara Ferreira Nunes; Mariana Ferreira Cardoso da Silva; Muriel Soares; Rafael Mafei ;

Pesquisa e elaboração do roteiro: Alynne Nayara Ferreira Nunes; Mariana Ferreira Cardoso da Silva; Muriel Soares; Rafael Mafei ;

Técnico de gravação: Eduardo Ferraz;

Local: São Paulo - SP - Brasil;

Data: 30/08/2012 a 25/09/2012

Duração: 3h 56min

Arquivo digital - áudio: 5; MiniDV: 5;

Entrevista realizada no contexto do projeto “História Oral do Campo Jurídico em São Paulo”, desenvolvido entre setembro de 2011 e dezembro de 2012, com financiamento da presidência da Fundação Getulio Vargas. O projeto tem como objetivo a constituição de um banco de depoimentos (registrados em áudio e vídeo), que deverá ser disponibilizado na internet e, eventualmente, servirá como fonte para a publicação de um livro.

Temas: Advocacia; Anistia política; Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior; Cuba; Direito; Direito comercial; Direito público; Direitos humanos; Diretas já (1984); Ensino; Esquerda; Família; Formação acadêmica; Formação escolar; Literatura; Marxismo; Ministério Público Estadual; Orestes Quécia; Perseguição política; Pesquisa científica e tecnológica; Política; Política nacional; Pontifícia Universidade Católica; Privatização; Religião; Supremo Tribunal Federal; Universidade de São Paulo;

Sumário

1º entrevista: 30/08/2012 Origens; trajetória profissional dos pais; memórias da infância; trajetória escolar; a formação religiosa; a formação humanística; a atuação política; as influências da profissão do pai; a escolha por Direito; a Faculdade de Direito; a aproximação com a literatura; as influências intelectuais; a importância da linguagem; a importância dos professores e colegas da faculdade; o prêmio de Direito Comercial; a atuação política na Faculdade de Direito da Universidade Presbiteriana da Mackenzie; o interesse por Direito Público e Direito Econômico; a atuação nas empresas públicas; os impactos da aproximação com a esquerda brasileira; a ligação ao movimento da Crítica do Direito; a prisão pelo DOI-CODI; a livre-docência; o doutorado; os conflitos políticos da Faculdade de Direito; a relação com o professor Paulo de Barros Carvalho; a relação entre a Universidade de São Paulo (USP) com a Pontifícia Universidade Católica (PUC); a relação da faculdade com a política nacional; a atuação docente; a importância de seus livros; o reconhecimento como o maior autor de Direito Econômico do Brasil; a indicação para o Supremo Tribunal.

2º entrevista: 25/09/2012 Lembranças familiares; os avanços do ensino jurídico; a atuação como presidente da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes); a atuação dentro da Universidade de São Paulo; as mudanças da pesquisa em Direito; o Direito como o domínio da técnica do Direito Positivo; os conflitos com a profissionalização da pesquisa; o pacto de São José da Costa Rica; a questão da prevalência dos direitos humanos; o movimento das Diretas Já; as diferentes atuações profissionais; a influência do marxismo; a viagem à Cuba nos anos de 1980; a atuação no Governo de Orestes Quécia; a atuação como ministro do Supremo Tribunal Federal (STF); as mudanças de intelectual público para ministro; a repercussão do seu voto da contribuição dos inativos; a Lei da Anistia; o voto do feto anencéfalo; o caso do Battisti; os problemas da política midiática; os votos marcantes; a vida após STF; a atuação na advocacia; o foco na literatura; a crítica às privatizações; conclusões e agradecimentos.

1ª Entrevista: 30/08/2012

R.Q. - São Paulo, 30 de agosto de 2012, primeira entrevista com o professor Eros Roberto Grau, a cargo dos pesquisadores Rafael Mafei, Mariana Ferreira e Muriel Soares, para o projeto História Oral do Campo jurídico em São Paulo, desenvolvido pelo Cpdoc da Fundação Getúlio Vargas. Professor Eros, primeiramente, muito obrigada pela sua disponibilidade em nos conceder essa entrevista. Para começar gostaríamos que o senhor nos falasse um pouco da sua infância, da data e local de nascimento e das suas origens familiares.

E.G. - Eu nasci no dia 19 de agosto de 1940, no Rio Grande do Sul, em Santa Maria, Santa Maria [da Voga do Bonde]. Meu pai Werner Grau¹ e minha mãe Dalva Couto² Grau, eu fui o único filho. Santa Maria era uma cidade pequena onde não havia... nós estamos falando da década dos 40, onde não havia possibilidade de ensino superior. Meu pai conseguiu fazer os cursos possíveis. Meu pai tinha o curso de guarda-livro e o curso de normalista. Quando eu nasci, meu pai muito preocupado com isso, com a possibilidade que ele ia dar ao filho de estudar, ele fez um concurso público; foi um dos primeiros, se não o primeiro concurso público do DASP, Departamento Administrativo do Serviço Público. E era...foi um concurso para fiscal do consumo. Para que vocês tenham uma ideia, os fiscais do consumo eram na época chamados príncipes da república, era o cargo mais, vamos dizer assim, mais relevante do ponto de vista até econômico. Meu pai fez esse concurso e foi nomeado, em 1943, fiscal do consumo. Então nós saímos de Santa Maria e fomos primeiro Cuiabá, depois Três Lagoas. Meu pai lá ficou, ficamos, minha mãe, meu papai e eu até 45 quando ele foi transferido para Natal, Rio Grande do Norte, onde ficamos de 45 a 50. Uma época maravilhosa. Maravilhosa por que... As lembranças que eu tenho de Santa Maria são pequenas, se bem que eu continuo ligado, vou à Santa Maria, é a minha terra, e como diz o poema do Vargas Neto, a gente é como essas plantas arrancadas que trazem sempre nas raízes um pedaço da terra em que nasceram. Eu trago pedaços da terra de Santa Maria comigo. Mas Natal foi uma coisa maravilhosa, foi uma época maravilhosa, porque lá ficamos cinco anos até 1950. Eu fui alfabetizado em casa e só fui para a escola no terceiro ano primário, mas já era alfabetizado, tinha sido alfabetizado em casa. Meu pai era um

¹ Nome sujeito à conferência.

² Nome sujeito à conferência.

homem com uma cabeça maravilhosa, a pessoa mais importante da minha vida, eu tenho uma profunda admiração por ele, ele me ensinou a caminhar em todos os sentidos, não é? E eu digo que as duas pessoas mais importantes da minha vida, como amigos era meu pai e é o grande amigo que eu tenho hoje, amigo de confiança mútua, que é minha mulher. Então, meu pai, primeiro eu fiquei um ano estudando no Instituto Batista, que segundo o que meu pai havia apurado era o melhor colégio, e depois no ano seguinte eu fui para o colégio Salesiano São José. Vejam que não havia nenhum rigor, nenhuma imposição religiosa.

R.Q. - Desculpe professor, isso em Natal?

E.G. - Em Natal. Aliás essa coisa da religião, eu posso contar algo que eu acho extremamente interessante. Meu pai era de origem luterana e minha mãe católica. Meu pai era amigo do sogro, do futuro sogro, pai da minha mãe, com quem ele tinha liberdade. E ele antes do casamento de papai e mamãe, meu pai disse para meu avô: disse “olhe, eu vou casar, vamos casar, estou disposto a casar no religioso, mas a minha avó -avó do meu pai, portanto, minha bisavó- o dia que ela ficar sabendo que o neto dela casou na igreja católica ela vai morrer...de tristeza.” E aí meu avô, pai da minha mãe que era um sujeito esclarecido disse: “não, não tem problema nenhum”. De modo que meu pai e minha mãe casaram só no civil. E depois que a minha bisavó morreu, o padre que era amigo do meu avô e amigo do meu pai disse: “bem, agora Werner, vamos casar.” Então, eu tinha 15 anos e fui testemunha do casamento religioso do meu pai e da minha mãe. Eu acho isso uma coisa notável porque dá ideia da liberdade também que me foi dada para pensar, não é? Ficamos em Natal, e aí meu pai foi transferido para São Paulo e eu vim para cá, viemos para cá, eu entrei na Escola Americana e fiquei no Mackenzie o tempo todo depois, ginásio, colégio e eu fiz a Faculdade de Direito do Mackenzie, mais adiante eu conto por que...que as coisas caminharam assim.

R.Q. - Professor, ainda no que diz respeito à sua formação primeira, o senhor mencionou a convicção religiosa do seu pai, da sua mãe, a liberdade que o senhor tinha. Que importância o senhor dá para eventual formação religiosa que o senhor tenha tido em termos de princípios ou de formação humanística para a sua formação futura?

E.G. - Meu pai não era religioso, minha mãe era religiosa, sem absoluta... Eu fui batizado, católico, e depois estava no colégio...acho que já estava no Colégio Salesiano e acabei fazendo a primeira comunhão. Meu pai não era religioso, meu pai se tornou religioso, do jeito dele, quando ele envelheceu e amadureceu. Mas eu aprendi o

humanismo com meu pai. Eu me lembro que esses valores eu aprendi sobretudo com ele. Quer dizer, o que que meu pai fazia? Eu me lembro menino, a história de Sacco e Vanzetti, o caso Dreyfus. Meu pai tinha sido, como eu vim a ser depois, tenho essa honra, ligado ao Partido Comunista, não é? Essa é uma... Meu pai me dizia com grande orgulho, quando era mais moço, que era de [agi-próp], quer dizer agitação e propaganda, uma coisa...quando isso era realmente um sonho, não é? A ideia de que pudéssemos construir um mundo mais justo, pudéssemos não, nós ainda... nós caminhamos para isso, mas isso deve ter sido muito mais fascinante como aventura de viver nos anos 30. Eu sempre respeitei muito a religião e hoje eu sou religioso. Mas eu...Católico é uma coisa feia dizer por comodidade, não, não é comodidade, nem inércia, mas é porque realmente é a maneira de chegar mais próximo ou de chegar próximo, através de algum rito, é a igreja católica. Então eu... Em Tiradentes onde nós temos casa, uma casa muito grande, um terreno muito grande, há uma capela feita lá dentro e eu passei minha vida toda dizendo que lá era a capela da Tânia, Tânia é minha mulher, ela que quis a capela. Depois de um tempo para cá eu comecei a mencionar a capela, não como a capela da Tânia, mas como a nossa capela, não é? No sentido de que eu me sinto bem. A palavra não é *religião*, eu diria, eu me sinto bem na "*ligião*", quer dizer, eu não estou me religando, acho que sempre estive ligado a esses valores, porque esses valores não são exclusivos dessa ou daquela outra religião, basta ser humano para que você possa... para que você seja religioso, não é?

R.Q. - O senhor mencionou também a participação política do seu pai no Partido Comunista e posteriormente a sua. Como o senhor classificaria a importância dessa atuação, no que consistia a atuação política do seu pai, de eventualmente outros membros da família, e a importância disso na sua trajetória?

E.G. - Eu me lembro de histórias que meu pai me contava; numa cidade do interior as coisas evidentemente são muito mais afáveis, digamos assim, não é? Meu pai contava que em determinados momentos críticos em que houve algumas prisões, ele dizia meio de piada, que fulano, sicrano amigos dele, já se preparavam, nem esperavam que os viessem buscar, já se apresentavam. Aquilo, pelo menos nessa época, no Rio Grande do Sul, naquela ocasião, há de ter sido muito mais romântico do que foi posteriormente, durante o tempo do golpe. Meu pai nunca terá sido um quadro importante, nem eu. O que eu sempre fiz foi colaborar no sentido de... a gente usa no vocabulário de uso corrente, se diz: fazer tarefas, quer dizer, eu nunca tive carteira, carteirinha do partido,

até porque me sentia mais, nas circunstâncias, mais desimpedido para tomar determinadas atitudes na medida que não tivesse esse comprometimento. Hoje a gente fala com grande liberdade, mas antigamente não se falava. Então o que que eu fiz? Eu fiz coisas específicas: abrigar gente, eu nunca estive, eu não estava de acordo com a chamada guerrilha, a minha visão era uma visão mais ortodoxa, assim, que as coisas tinham que ser feitas historicamente e não com arroubos. Eu abriguei gente, fiz algumas coisas que talvez não seja o caso de ficar lembrando, andei atrapalhando alguns movimentos estudantis de direita, coisas que...mais para frente se eu lembrar eu menciono. Mas desse ponto de vista eu me *orgulho muito disso*, eu me orgulho muito disso, de na hora H ter feito alguma coisa, e por isso não gritar tanto agora. Tem muita gente que na hora H foi-se, escondeu-se e agora para compensar isso fica fazendo movimento.

R.Q. - Ainda uma pergunta sobre essa fase primeira da sua vida. O senhor mencionou o emprego do seu pai como sendo apelidado de príncipe da república. Naturalmente devia haver uma boa reputação pública do cargo, enfim, um grande apreço social. Teve alguma importância na trajetória profissional que o senhor viria a escolher para a sua vida o fato de o seu pai ocupar um cargo público dentro da burocracia estatal, de que o senhor parece lembrar com tanta admiração, exerceu alguma...?

E.G. - É o seguinte. Os fiscais do consumo eram uma categoria de agentes estatais diferenciada porque eles tinham o direito ao que se chamava cota-parte. Então era o seguinte, eles faziam a fiscalização do imposto de consumo e imposto selo, do imposto...de consumo e selo. E quando eles encontravam alguma irregularidade e lavravam um auto de infração, quando fosse paga o imposto e a multa, a multa era dos fiscais. Então isto importou naquela época que você tivesse uma fiscalização *altamente* eficiente e honesta, altamente eficiente e honesta . Porque o sujeito não precisava, não havia razão para ser corrompível, ele não era corrompido, para não ser corrompido. Isto vigorou até 1960 e alguma coisa. Então, e aí acabou esse regime de cota-parte, de participação na multa. Por isso que se chamavam os príncipes da república. É muito curioso porque houve o primeiro concurso, mas antes disso houve algumas nomeações, não é? Pelo Getúlio. Então, por exemplo, foram colegas do meu pai José Lins do Rego³,

³ José Lins do Rego Cavalcanti (1901-1957). Escritor.

Viana Moog⁴, alguns escritores, gente de grande valor intelectual, era uma turma efetivamente muito bem preparada. Por que que eu...aí você me fez uma pergunta interessante porque vai dar lugar a que eu explique como é que foi essa minha trajetória no Mackenzie e Faculdade de Direito. Eu vou abrir um parêntese, meu pai era um sujeito de *uma doçura monumental* e ao mesmo tempo de uma rigidez muito grande, sabe. Se você me dissesse, como você representa seu pai, um monólito. Me dizia, ele me ensinou a não mentir, porque ele dizia: quem mente, rouba; quem rouba, mata; quem mata, vai para a cadeia. Então era uma coisa que imediatamente se desdobrava numa grande doçura. Sou capaz de lembrar frases do meu pai: “quem mente, rouba; quem rouba, mata; quem mata, vai para a cadeia. Mas se um dia você matar alguém você me avisa que eu assumo a culpa.” Eu não consigo falar nesse sujeito sem me emocionar⁵, terrivelmente. E o que meu pai queria na vida? Meu pai queria na vida estudar; ele botou lá no Rio Grande do Sul, por alguma razão, ele botou na cabeça que ele queria estudar Engenharia de minas, não é? Eaquilo, ele nunca me disse que, já que ele não pode, não tinha chance na época, ele nunca me disse que queria que eu fizesse isso, mas aquilo ficou de certa forma, na minha cabeça, ser engenheiro. Só que quando eu estava terminando, no meio do curso colegial, que naquela época era o curso clássico, eu decidi, sobretudo por influência intelectual de um sujeito que está aí e é meu amigo, chamado professor Massaud Moisés⁶, professor da USP, hoje meu confrade na Academia Paulista de Letras, eu descobri que eu queria estudar língua portuguesa e que eu queria fazer...estudar literatura, botei na cabeça a coisa de novela de cavalaria. Muito bem, quando estava para fazer vestibular, eu imaginei, vou falar com meu pai que eu vou fazer Letras, meu pai queria que eu fosse engenheiro. Eu nunca tinha discutido isso com ele. Aí eu pensei o seguinte, a Faculdade de Letras era na Maria Antônia, embora todos os meus amigos e colegas fossem fazer Direito no Largo São Francisco, eu digo, não, eu vou fazer no Mackenzie, que é de onde eu sou, e faço Letras, que é em frente. Eu atravesso a rua na Maria Antonia. Eu não fiz vestibular na São Francisco. E aí, não segui Letras, quando entrei na Faculdade de Direito eu descobri que o meu negócio era Direito, e aí eu digo: agora eu só tenho uma maneira de purgar não ter estudado no

⁴ Clodomir Viana Moog (1906 - 1988) foi advogado, jornalista, romancista e ensaísta brasileiro.

⁵ O entrevistado nesse momento fica com a voz trêmula.

⁶ Massaud Moisés. Foi professor titular da Universidade de São Paulo (USP), Brasil, de 1973 a 1995, ano em que se aposentou.

Largo São Francisco, é ser professor do Largo do São Francisco, que foi muito mais difícil para mim. Então eu fui fazer o doutorado. Tive uma ideia *maluca* de fazer livre-docência na época em que vários professores fizeram a livre-docência -era uma passagem do regime em que havia a livre-docência direta para o novo regime de doutorado, aí quem passou, passou, quem não fez para ser livre-docente tinha que fazer doutorado antes-, o que teria sido uma loucura absoluta chegar lá um sujeito com a cara e com a coragem, um sujeito de 25, 26 anos. Então, eu fiz o doutorado e aí acabei fazendo toda a minha carreira no Largo São Francisco. Não sei se te respondi.

R.Q. - Sim, sim. O senhor chegou a cursar Letras ou não?

E.G. - Não. Eu cheguei...eu fui assistir meia dúzia de aulas, frequentava a Maria Antônia, porque eu tive um grande amigo, grande amigo, que se foi, chamado Eduardo Kugelmas⁷, grande. E eu frequentava a Maria Antônia, conheci o professor Fernando Henrique⁸ na época, tinha dez anos a mais do que eu, e uma série, Bento Prado⁹, Claudio Voga¹⁰, mas Letras, realmente, eu caí fora.

R.Q. - Mas de toda forma o senhor tem ainda hoje um gosto muito grande por literatura?

E.G. - *Sim*.

R.Q. - Escreve.

E.G. - Escrevi um romance.

R.Q. - Como é que o senhor, falando de novo nas influências, nesse momento da sua formação, literatura, livros, autores tiveram algum papel?

E.G. - Olha isso...Não existem coisas separadas, não é? O que há sempre são totalidades. Eu tive ao mesmo tempo influências, eu diria influências intelectuais, o Eduardo sempre foi um sujeito que eu sempre discuti muito, conversei muito, ele tinha exatamente, era exatamente dois meses mais moço que eu, mas um sujeito muito importante, depois com o passar do tempo... eu acho que eu estou desviando um pouco,

⁷ Eduardo Kugelmas (1940-2006) Foi professor do Departamento de Sociologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP

⁸ Fernando Henrique Cardoso. Sociólogo, cientista político e político brasileiro. Foi presidente da República por dois mandatos consecutivos.

⁹ Bento Prado de Almeida Ferraz Júnior (1937 - 2007), foi professor de Filosofia na Universidade de São Paulo, posteriormente, na Universidade Federal de São Carlos, filósofo, escritor, professor, crítico literário, tradutor e poeta brasileiro.

¹⁰ Nome sujeito à conferência.

mas é que você perguntou da influencia na literatura, e eu vou te responder meio genericamente. O que que foi, vamos dizer assim, muito importante, professor Massaud Moises, e além dele, havia um outro sujeito, professor de português, chamado Nilo Scalzo¹¹. Eu tive uma sorte monumental porque os meus professores do curso clássico de português e latim eram gente de primeiríssima ordem. Eu estou vendo aqui, tomei nota para não me esquecer¹². Eu conheci já com trinta e poucos anos, eu não era advogado interno, me chamavam, havia um sujeito que era diretor da Embratur e me conhecia e me pediu para estudar alguns temas jurídicos da Embratur. E eu conheci um sujeito chamado Paulo Américo Nascimento e Silva¹³, esse sujeito ele foi do Itamaraty, depois deixou o Itamaraty e veio para o Rio, ele era professor no Rio de linguística. Esse sujeito que me ensinou o que era linguística; tem uma tese espetacular que nunca foi publicada, eu tenho na minha biblioteca, uma tese chama “Referência e significação”. Foi aí que eu aprendi a importância desse negócio da linguagem. Eu já tinha olhado e visto uns títulos de alguns livros estrangeiros de linguagem, e comigo pensava, isso deve ser besteira. Depois que o Paulo Américo me abriu para esse campo, isso me enriqueceu intelectualmente muito. Meu pai, quando eu tinha uns sete, oito anos, meu pai...quando eu fui para o colégio, já tinha oito anos, meu pai preparou, fez uma adaptação -ele escreveu, estou vendo meu pai escrever, escrevendo isso na máquina de escrever- uma adaptação do Posto do Visconde, do Monteiro Lobato¹⁴, sugeri que eu propusesse de nós fazermos uma espécie de um teatrinho amador. Percebeu, não é? Por trás disso a importância das ideias e tudo mais. Depois eu comecei a ler por influência dele. Eu me lembro que um dos livros mais, Monteiro Lobato, esse negócio...mas quando tinha dez anos ou antes, meu pai me mandou ler um livro chamado *Winnetou*, do Karl May¹⁵, um alemão que nunca foi para os Estados Unidos, escreveu uma história de índio pele vermelha, um livro interessantíssimo. E eu tinha 15 anos e estava lendo Papini¹⁶, *Gog* de Papini. Meu pai... você não tinha televisão, não tinha... O que você fazia isso, eu vejo hoje meu neto e minha neta, sobretudo minha

¹¹ Nilo Scalzo (ano de nascimento sujeito à verificação - 2007) Foi jornalista e membro da Academia Paulista de Letras.

¹² O entrevistado lê um papel de anotações pessoais.

¹³ Nome sujeito à conferência.

¹⁴ José Bento Renato Monteiro Lobato (1882 –1948). Escritor e editor de livros.

¹⁵ Karl Friedrich May (1842 –1912). Foi um escritor alemão.

¹⁶ Giovanni Papini (1881 – 1956). Foi um escritor e jornalista italiano.

neta, com negócio de Facebook, o tempo que se perde com essa... Não, eu tinha livros nas mãos. E na minha casa a televisão chegou depois que em todas as casas. Quer dizer eu nunca tive isso, eu *não sei como explicar isso*, é que como se lê? Se lê, lendo livros. Então vamos permanecer lendo livros até o momento em que isso não seja mais importante, compreende? As inovações tecnológicas sempre chegam para mim com um pequeno atraso em relação aos meus vizinhos e aos meus amigos. Mas deixa eu retomar aqui sobre as influências intelectuais; então Paulo Américo foi uma influência muito importante. Depois... depois eu vou dizer como é que a gente, a gente não consegue dizer, olha, fulano foi importante intelectualmente, porque fulano foi importante intelectualmente e também existencialmente. Então eu aprendi a trabalhar, a ser advogado, com um engenheiro que me ensinou a ser objetivo, em que eu chegava lá, entregava papel, ele dizia: “não está dando para entender isso, como vocês escrevem mal, que coisa horrível”. E eu trabalhava numa empresa. Um dia ele escreveu uma coisa eu disse para ele: “mas que horror, como vocês engenheiros escrevem incompreensivelmente.” Mas o que que aconteceu? O que aconteceu foi que o sujeito que eu chamo de dr. Haroldo Jezler¹⁷ me ensinou a ser objetivo. Depois com um outro amigo com quem eu trabalhei, Pimenta¹⁸, disse: “olha, professor, eu vou tentar resumir tudo da seguinte forma, no meu *office word*, tem um negócio lá um negócio que diz assim: -não nos meus textos- “essa frase tem 48 palavras, devia ter só 45.” Eu estou tentando encontrar um expert em informática que me faça um programa para dizer: esta frase tem 25 palavras, devia ter só 23 ou que me dissesse já tem um adjetivo. Escrever simplesmente, não longos períodos, sem adjetivos, sem advérbios, então isso foi uma coisa que eu fui aprendendo e que acho que foi muito importante no meu trabalho, quando eu fui juiz eu tinha modos curtos. Hoje, que eu voltei a ser advogado, têm me pedido alguns pareceres, outro dia um cliente me disse: “que coisa maravilhosa, é a primeira vez que eu consigo ler um parecer de um advogado”. Porque eu disse em sete páginas o que há 40 anos, provavelmente, eu diria em 77 páginas. Então, essa coisa da objetividade. Se eu penso em exemplo de vida, em influência...eu tenho que pensar num sujeito chamado Armênio Guedes¹⁹, um grande quadro do Partido, uma pessoa maravilhosa, um homem santo, como é que eu posso dizer assim, um santo materialista

¹⁷ Haroldo Jezler. Engenheiro.

¹⁸ Nome sujeito à conferência.

¹⁹ Armênio Guedes. Jornalista.

ou materialista santo. Só que o materialista não é nada disso que se diz por aí, é a santidade. O Armênio é uma criatura encantadora, tem 94 anos. E eu digo sempre que é o meu amigo mais jovem e o meu amigo mais próximo de meu pai. Um sujeito que tem grande influência hoje e com... meu fraternal amigo, é um frei dominicano, frei Oswaldo Rezende²⁰, um sujeito que teve uma vida riquíssima, que saiu, ficou 30 anos exilado na França, não sei se vocês viram o filme ou leram *O Batismo de Sangue*, ele é um frei Oswaldo, com quem eu tenho discussões homéricas, no bom sentido, e que é um sujeito que eu acho que não leva vantagem nenhuma de ser [cool] porque passou uma vida inteira sem ter o que fazer como frade, os frades não fazem nada senão estudar, ler. Que horror, não é? E que eu divulgo para a mim mesmo e para ele a história de que ele mudou-se de São Paulo para ser...para ir para o convento de Belo Horizonte só para ficar mais próximo de Tiradentes, não é? Onde eu tenho a biblioteca e nos encontramos. Aprendi muita coisa do ponto de vista ético, moral, com um sujeito chamado Antônio Ignácio Angarita da Silva²¹, uma grande figura com quem eu convivi na GV²², e é um sábio também. Você me pergunta isso, eu corro sempre o risco de deixar de mencionar uma ou outra pessoa. Essa gente, ele me influenciou do ponto de vista existencial e na literatura também. Porque literatura é tanto a literatura jurídica como a prosa que nós chamamos prosa literária.

M.S. – Professor Eros, voltando à época do seu colégio, o senhor comentou que teve professores muito importantes de português, de latim, e os professores da faculdade e colegas da faculdade?

E.G. - Bom, um sujeito que teve grande influência, eu diria, na minha vocação para o estudo de Direito foi um grande professor de Direito Comercial que eu tive chamado Filomeno Joaquim da Costa²³, *ele era um terror para os alunos*, um sujeito que reprovava, mas exatamente talvez por conta disso, eu me apliquei demais no chamado Direito Comercial e o Filó, como era chamado, foi muito importante no meu bacharelado.

M.S. - O senhor chegou a ganhar um prêmio de Direito Comercial, não? Na faculdade.

²⁰ Nome sujeito à conferência.

²¹ Antonio Ignácio Angarita Ferreira da Silva . Professor fundador da Escola de Direito de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas - DIREITO GV. Possui graduação em Ciências Jurídicas e Sociais pela Universidade Federal de Minas Gerais .

²² Fundação Getúlio Vargas.

²³ Nome sujeito à conferência.

E.G. - Acho que sim. É, o melhor aluno de Direito Comercial, exatamente. Eu tenho uma história genial de um sujeito que é meu grande amigo, que foi meu colega de faculdade, e nós fizemos uma prova um dia e eu desci e esse meu colega vira para mim e diz assim: “qual é a resposta para aquela segunda pergunta?” E eu falei. E ele tentou me agredir de raiva, porque a pergunta era a seguinte: qual é a única hipótese na qual o comerciante pode requerer concordata apresentando um só balanço? E a resposta era muito simples. E eu disse para esse meu colega: “olha, é muito simples, se ele pedir concordata no dia primeiro de janeiro.” Que era uma pegadinha, mas, que evidentemente quem tinha estudado sabia, respondi isso com a mais absoluta tranquilidade. E, então, eu tive a chance de estudar porque havia mais oportunidade de estudar daquilo que eu disse há pouco. Filó muito importante. Depois eu fui fazer um doutorado e quando eu fiz o doutorado eu tive aula também espetaculares com um outro professor de Direito Comercial que foi o professor Sílvio Marcondes²⁴. Mas eu diria que as marcas ficaram, que passei a admirar mais professores por ter convivido com eles do que por ter sido aluno deles, não é? Quando eu resolvi fazer o doutorado eu tinha que procurar um orientador. E o orientador a quem eu podia pedir orientação, que eu conhecia, ele faleceu logo em seguida, e aí eu não sabia o que fazer, e como eu não tenha sido aluno de bacharelado da São Francisco, só no doutorado, eu estava meio perdido e encontrei um amigo chamado Maurício Vidigal²⁵, desembargador, aposentou-se agora há pouco. Eu falei: “Maurício, me apresenta para seu irmão”. O irmão dele era Geraldo Vidigal²⁶, que então foi o meu orientador, não é? Uma grande figura, um homem *muito, muito inteligente e com quem eu trabalhei*, primeiro dando aula como assistente dele de Economia no primeiro ano, depois passamos para Direito Financeiro até essa invenção do Direito Econômico.

R.Q. - E colegas de turma, algum o Sr. destacaria que foi importante na faculdade ou contemporâneos, não necessariamente colegas de turma?

E.G. - Os meus colegas de turma se reúnem uma vez por mês para comer uma pizza e são... Certamente cometeria alguma injustiça se mencionasse fulano e não mencionasse

²⁴ Nome sujeito à conferência.

²⁵ Mauricio da Costa Carvalho Vidigal. É bacharel formado pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo. Ingressou na magistratura em 1969,

²⁶ Geraldo de Camargo Vidigal (1921- 2010). Foi membro da Academia Paulista de Letras. Foi professor na Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo.

sicrano, mas eu tenho figura como Bernardo Teixeira Viana, Carlos Chede²⁷, pessoas assim muito próximas, vários foram desembargadores, Jorge Menezes, Regis, Barbosa de Almeida²⁸, figuras assim com quem eu mantenho... eu não tenho condições de ir todo mês, mas sempre me cobram pela pizza. Agora, há uma coisa muito importante na minha vida que eu não mencionei que é Esquina. Quer saber o que é Esquina? Bom, isso, na verdade, o mundo se divide entre quem era e quem não era da Esquina. A partir de 1959 quem fazia política universitária se reunia, havia um grupo em que se discutia política, política universitária, literatura, mulheres, e que se reunia na esquina da Barão de Itapetininga com a Praça da República, e a Esquina vive até hoje, a Esquina vive até hoje. Quem é participava, quem é era da Esquina? Bom, Luiz Gonzaga Peluso²⁹, João Manuel Cardoso de Melo³⁰, Laerte Traudi³¹, Raimundo de Pascoal³², Laerte, veterinário, Raimundo³³ faleceu no fim do ano passado, arquiteto, José Serra³⁴, Michel Temer³⁵, Miguel Tebar, e Tobias Alves Correia³⁶, Dirceu Brizola³⁷, Aluísio Nunes Ferreira³⁸, Luciano³⁹. Nesse grupo tinha AP, José Serra era da AP, Partidão, tinha gente da Polop, que era política operária, nós dizíamos que o pessoal da Polop se reunia, todo mundo, se reunia uma vez por semana num Romiseta, nós queiramos dizer que eram só dois sujeitos. Tinha uma figura extremamente importante, um sujeito mais velho, que era uma espécie de mentor, que também teve importância intelectual para mim, na minha vida, um sujeito que era do Recife, e que era dez anos mais velho que a gente, um sujeito chamado Bartolomeu Amaro dos Santos⁴⁰, se o Bartô vivesse hoje teria

²⁷ Nomes sujeitos à conferência.

²⁸ Nomes sujeitos à conferência.

²⁹ Nome sujeito à conferência.

³⁰ João Manuel Cardoso de Mello. Economista e um dos fundadores da da Unicamp e da FACAMP.

³¹ Nome sujeito à conferência.

³² Raimundo Paschoal Barbosa. (1976-1977). Foi advogado e presidente da OAB-SP no período de outubro de 1976 a janeiro de 1977.

³³ Nomes sujeitos à conferência.

³⁴ José Serra. Economista e político brasileiro,

³⁵ Michel Miguel Elias Temer Lulia. Advogado e atual vice-presidente do Brasil no governo da presidente Dilma Rousseff.

³⁶ Nomes sujeitos à conferência.

³⁷ Nome sujeito à conferência.

³⁸ Aloysio Nunes Ferreira Filho. Advogado e político.

³⁹ Nome sujeito à conferência.

⁴⁰ Nome sujeito à conferência.

oitenta e poucos anos. Aí nasceu minha amizade com toda... Eduardo Cukierman⁴¹, amizade com toda essa gente e amizade que vivem até hoje, não apenas pessoal que foi meu colega no Mackenzie, mas o pessoal da Esquina, Maurício Vidigal.

R.Q. - Como o senhor chegou a esse grupo, como o senhor foi apresentado a ele?

E.G. – Porque eu não era...eu era o único sujeito do Mackenzie. Eduardo...todos meus amigos fizeram... Porque eu fiz cursinho, eu fui fazer cursinho, fui fazer Castelões. Todos meus amigos fizeram vestibular na São Francisco. E aí põe Pedro Celidônio⁴², Kalil Rocha Abdalla⁴³. Pedro Celidônia⁴⁴, meu deus do céu, vocês sabem, Aesp, Fundap, a história da Fundap eu posso contar já já, uma história do Pedrão. Pedrão é um dos caras mais agudos que eu conheci na minha vida, alias por uma enorme coincidência, bem agora de manhã ia encontrar a mulher dele, disse que ele está bem. Ah, Mauricio Vasconcelos Pinheiro⁴⁵, presidente da UEE, da União Estadual dos Estudantes, se eu começo a falar, não vou parar de lembrar de nomes e pessoas.

R.Q. - Dentro da Faculdade de Direito do Mackenzie o clima era diferente? O senhor disse que era o único, enfim.

E.G. - Ah, dentro da Faculdade de Direito do Mackenzie eu vivia na mais absoluta moita politicamente porque a faculdade era um centro de direita, e eu vivia na mais absoluta moita. Eu sabia quem era o sujeito que estava um ano na minha frente e quais eram os compromissos políticos dele, chamado Tales Castelo Branco⁴⁶, mas era aquele negócio de moita absoluta. E tinha um outro sujeito o Cuca, é meu amigo até hoje, vai nos... Carlos Eduardo Pellegrini Di Pietro⁴⁷, que era tesoureiro da Aliança Libertadora Nacional, foi preso também, ficou preso muito tempo, uma grande figura, mas era moita absoluta, não é?

R.Q. - O Tales era também uma pessoa de esquerda?

E.G. - De esquerda, ligado ao Partido Socialista.

⁴¹ Nome sujeito à conferência.

⁴² Nome sujeito à conferência.

⁴³ Kalil Rocha Abdalla. Advogado e provedor da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de São Paulo.

⁴⁴ Nome sujeito à conferência.

⁴⁵ Nome sujeito à conferência.

⁴⁶ Tales Castelo Branco. Advogado e professor da Escola Superior de Advocacia da OAB/SP.

⁴⁷ Carlos Eduardo Pellegrini Di Pietro. Advogado.

R.Q. - Do PSB exatamente, embora sobrinho do Castelo Branco⁴⁸.

E.G. - Não...

R.Q. - É.

E.G. - Ah, é?

R.Q. - Eu o entrevistei faz pouco tempo. É sobrinho neto do Castelo Branco e sobrinho do Albuquerque Lima⁴⁹, então família bastante...

E.G. - Que já era um sujeito mais esclarecido. Alias, dizem que o Castelo Branco era um homem muito culto. Pelo sobrinho se pode ver que deve ter sido muito culto. Mas a Faculdade de Direito do Mackenzie era uma coisa direitosa.

R.Q. - Foi ali que o senhor atrapalhou o compromisso político?

E.G. - [Riso]Não, havia um partido político, eu só posso dizer que não era nem o PSD, nem o ...na época nem tinha, era União alguma coisa, que criava... estava criando uma espécie de seção universitária algo assim, e fazia umas reuniões, eu sumi com todas as atas e tudo mais por um... antigamente os lixos dos edificios tinham um tubo, não é? Em suma, estraguei a coisa. [risos].

M.S. - O senhor foi descoberto?

E.G. - Não, não, não fui descoberto, não.

R.Q. - Professor, porque...como é que o senhor durante a Faculdade de Direito, se é que foi durante a faculdade, esse gosto por Direito Público, Direito Econômico, Direito do Estado, porque essa...se o senhor era um aluno tão bom de Direito Comercial, da onde vem o interesse do planejamento?

E.G. - Eu tinha interesse por Direito Tributário porque eu... meu pai era um homem que trabalhava com tributos, não é? E... [pausa] Eu estou pensando, tentando fixar datas aqui. Em suma, eu tinha um interesse... daí eu queria ser professor. Eu botei uma coisa na minha cabeça, era algo semiconsciente, mas mais ou menos assim: eu não sou aluno, eu não fui aluno da Faculdade de Direito do Largo de São Francisco, só existe uma maneira de eu consertar isso, eu vou ser professor no Largo São Francisco. Eu não tenho hoje nenhuma ligação afetiva, não desgosto, mas não tenho nenhuma ligação com a Faculdade de Direito do Mackenzie. Agora eu sou do Largo de São Francisco, percebe? Quer dizer, isso me enche a alma, quer dizer, eu sinto bater no peito heroica

⁴⁸ O Marechal Humberto de Alencar Castelo Branco (1897- 1967) foi um militar e político brasileiro, primeiro presidente da ditadura militar instaurada pelo Golpe Militar de 1964.

⁴⁹ Afonso Augusto de Albuquerque Lima (1909- 1981). Foi um militar e político brasileiro.

pancada. Então eu queria ser professor do Largo de São Francisco, e então botei na cabeça que eu ia fazer uma livre-docência de Direito Tributário; bom, imediatamente me disseram: você é maluco, rapaz, pára com isso. Quer dizer, comecei a escrever um trabalho sobre “Distribuição de receita tributária”, tinha material. Bom, aí quando, eu decidi: não vou fazer livre-docência porque é uma loucura, disse, vou fazer doutorado. Digo, olha, vou fazer o doutorado, para depois fazer a livre-docência, e vou ter que enfrentar na minha frente: Antônio Roberto Sampaio Doria⁵⁰, Rui Barbosa Nogueira⁵¹, Geraldo Ataliba⁵², [Diamantino Ramos⁵³], Walter Barbosa Corrêa⁵⁴, que que eu? Isso é uma loucura. Sobretudo porque Antônio Roberto Sampaio Doria e Geraldo Ataliba eram figuras da minha idade. Naquele exato momento me apareceu um trabalho que envolvia a questão das regiões metropolitanas, tinha uma secretaria do estado, era a secretaria do planejamento, eu sei que eu comecei a estudar o tema de região metropolitana e aquele negócio veio, eu disse, é a minha tese, é por aí que eu vou. Então eu me meti a escrever sobre região metropolitana e no chamado Direito Econômico, que ainda não...era um fiapo, alguma coisa que surgia, está compreendendo? E que efetivamente foi o Geraldo Vidigal quem institucionalizou o chamado Direito Econômico. Você conhece a história, não? A história é a seguinte, quando houve a reforma universitária, disseram assim: os professores de Direito que dão aula em outras unidades, vão para a congregação da Faculdade de Direito. Por exemplo, o professor de Direito lá da economia era o Anacleto Faria⁵⁵, pai do Jose Eduardo Faria⁵⁶, ele veio para a congregação do Direito, e aí disseram para o Pinto Antunes⁵⁷, o senhor é professor de Economia Política, e o senhor vai lá para a congregação da Economia. E aí o Pinto

⁵⁰ Antônio de Sampaio Dória (1883- 1964). Advogado, professor e político. Foi ministro da Justiça entre 1945-1946.

⁵¹ Rui Barbosa Nogueira (1919 — 2003). Foi professor da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, além de seu diretor.

⁵² José Geraldo de Ataliba Nogueira (ano de nascimento sujeito à verificação – 1995). Foi Professor titular da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo e da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Foi Reitor da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo durante a Ditadura Militar.

⁵³ Nome sujeito à conferência.

⁵⁴ Walter Barbosa Corrêa.

⁵⁵ José Anacleto de Oliveira Faria.

⁵⁶ Jose Eduardo Campos de Oliveira Faria. É professor da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo e da escola de Direito da Fundação Getúlio Vargas e jornalista.

⁵⁷ José Pinto Antunes (1906 —1975) Foi professor e diretor da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo.

Antunes que era um homem muito inteligente disse assim: eu nunca fui professor de Economia Política, eu sou professor de Direito Econômico.

R.Q. - Que ano foi isso?

E.G. - Isso foi em 70, 71, por aí. E aí era necessário descobrir, era necessário inventar o Direito Econômico. Bom, o tempo passou e acho que posso dizer isso sem parecer bobo, quem levou para o Geraldo Vidigal a ideia de Direito Econômico fui eu, porque eu já trazia essa ideia do tempo que eu fui professor na Faculdade de Administração do Mackenzie, e eu já tinha ouvido falar naquele negócio de Washington Alpino⁵⁸, e quando eu encontro o Angarita na GV, e falo em Washington Albino, o Angarita diz: foi meu professor. Um sujeito chamado Washington Albino Peluso de Souza, que eu devia ter mencionado também como importância intelectual, isso não significa que eu tenha esquecido o velho Washington. Aí nós compusemos; havia um sujeito moço chamado Afonso Insuela Pereira⁵⁹, que morreu muito cedo. Quem dava aula de Direito Econômico que era o Pinto Antunes, o Afonso Isuela, Geraldo Vidigal e eu. No começo eu era assistente do Geraldo Vidigal em Economia Política, depois é que fui acabei lá no chamado Direito Econômico. E aí o Angarita entra nesse circuito, tanto é que no meio dessas conversas, o Direito Econômico aparece na Faculdade de Direito do Largo de São Francisco e no curso de AP da [EASP]*, obra do Angarita e minha, não é? Depois quem pegou isso foi o Dalminho.

R.Q. - O Modesto Carvalhosa tem um livro da década de...

E.G. - Exatamente, *Considerações sobre Direito Econômico*. Por quê? Porque o Modesto tinha ido para Camerino, e quando chegou lá para fazer uma tese, quando chegou lá ele foi para o Direito Econômico. Então era isso, aí nós fizemos, uns anos depois, um seminário no Caraça. Caraça é em Minas, não é? Onde houve o Seminário do Caraça e aí lá escrevemos a Carta do Caraça, que era uma tentativa de afirmação do Direito Econômico.

R.Q. - Professor, pelo que nós pesquisamos na elaboração do roteiro, desde pouco tempo depois de formado, o senhor teve atuação profissional junto a empresas públicas como Cesp, Sabesp, entidades da Secretaria do Planejamento com o Gegrans, Comasp,

⁵⁸ Washington Alpino Peluso de Souza (1918-2011). Foi professor na Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais e jornalista.

⁵⁹ Nome sujeito à verificação.

como é que foi a chegada do senhor nesse universo das empresas públicas e qual a importância disso para sua...?

E.G. - Isso é também uma história muito engraçada. Quando o Adhemar de Barros⁶⁰ é cassado ou cai, cai cassado, assume o Laudo Natel⁶¹, e o Laudo Natel no dia, na noite do dia em que houve isso, pede um amigo comum dele Laudo e do meu pai, chamado Agnaldo Rodrigues de Carvalho⁶², que falasse com meu pai. O Agnaldo procura meu pai e diz: “O Laudo assumiu e quer te nomear secretário da Fazenda.” Então meu pai dorme Secretário da Fazenda do Estado de São Paulo. No outro dia, meu pai ficou em casa, no fim da manhã o Agnaldo aparece e diz: “Werner, aconteceu um negócio terrível.” “O que que é?” “Hoje de manhã cedo tocou no gabinete do Laudo, um sujeito tocou a campainha e disse: ‘eu vim me apresentar, eu sou, general tal me mandou aqui, dizer que eu sou seu secretário da Fazenda, meu nome, eu sou professor da Economia na USP, meu nome é Antônio Delfim Netto⁶³’.” E o Laudo nomeia o Delfim, indicado pelos militares e fica numa situação delicadíssima porque tem que desconvidar meu pai. Meu pai: “mas que besteira, tal e tal.” Muito bem. Ficou chato. Passa um mês, eu tinha escritório na rua José Bonifácio, 250, eu estou chegando de manhã e diz o zelador Roberto, era um sujeito que não tinha um braço, ele diz: “ah, você foi nomeado diretor da Estrada de Ferro Sorocabana.” Eu disse: “Roberto, deixa de piada.” Quando eu subi tocou o telefone e era do Palácio, me chamando, eu tinha 25 anos, acho que isso, e eu fui nomeado diretor administrativo e financeiro de uma empresa chamada Cia. Melhoramentos de Paraibuna, Comepa. Eu tinha que falar com duas pessoas, não é? Para saber se eu aceitava ou não, meu pai e também precisa saber politicamente, estou sendo claro, ou não? Politicamente se era para aceitar ou não.

M.F. - Mas o senhor tinha ligação já com alguém...do governo do Castelo?

E.G. - Já, já tinha. Aí eu...foi muito engraçado porque marcou-se uma reunião no Instituto de Engenharia. O presidente da Comepa era um homem bom, chamado Antônio Greff Borba, tinha um engenheiro chamado Sílvio Pires, e acho que Jorge Duprat Cardoso⁶⁴. Eu cheguei lá. Quando eu cheguei os caras ficaram me olhando. Depois o dr. Borba mais para frente acabou me contando o seguinte: “olha, Eros,

⁶⁰ Adhemar Pereira de Barros (1901-1969). Aviador, médico, empresário e político.

⁶¹ Laudo Natel. Foi duas vezes governador do estado de São Paulo entre 1966-1967 e 1971-1975.

⁶² Nome sujeito à conferência.

⁶³ Antônio Delfim Netto. É economista, professor universitário e político.

⁶⁴ Nomes sujeitos à conferência.

quando você chegou nós olhamos um para o outro, depois que você saiu nós dissemos, o governador ficou louco, mandou um menino para cá.” Bom, aí eu fui ser diretor administrativo financeiro da Cia. Melhoramentos de Paraibuna. Isso é uma linda história a ser contada porque se tivesse, se eu fosse até hoje diretor assalariado da Comepa eu ainda precisaria ser mais uns 300 anos ou 400 anos diretor assalariado da Comepa para compensar a economia que eu dei para o estado. Porque como eu conhecia Direito Tributário, e naquela época tinha um negócio que talvez vocês ainda ouçam falar, caderno de preços, não é? Caderno de preços do empreiteiro. Uma das primeiras coisas que eu numa reunião olhei, falei: “*escuta, imposto de transações! Não tem mais.*” “Como não tem mais?” “Escuta, houve uma reforma tributária e acabou o imposto de transações.” Então a Comepa foi a primeira empresa do estado de São Paulo que simplesmente tirou, não me lembro se era 2%, de todos os preços, de todos os empreiteiros, caiu tudo 2% porque não tinha mais imposto de transações. Eu acho que eu acabei me afirmando lá, os caras começaram a me levar a sério. Aí tive contato, conheci um sujeito que *ficou muito meu amigo*, foi meu amigo, 30 anos depois foi presidente do Metrô, Miguel Kozma⁶⁵, morreu há um ano atrás. Era um homem também ligado, bem ligado à esquerda. Muito bem. Só que na época como eu era advogado e como eu virei diretor do Comepa e eu tinha 20 e poucos anos, e eu era imprevidente, eu voltei... acabou. Aí houve a fusão das empresas que era Belsa, Celusa, a Comepa e tudo virou Cesp. Eu fui membro do conselho de integração da Cesp. Quando acabou o governo Laudo eu fiquei meio a ver navios. E aí, um sujeito... Eu era diretor administrativo, tinha um superintendente administrativo e um superintendente financeiro, esse superintendente financeiro que chamava Ataíde Rosa⁶⁶, virou diretor financeiro de uma empresa chamada Comasp, que era Cia Metropolitana de Água de São Paulo, hoje Sabesp. Aí eles precisavam mais do que um advogado, de um cara que bolasse... porque a Comasp era resultante da fusão do antigo departamento de águas e esgotos, em suma, ele me chamou, e eu virei advogado da Comasp, aí que eu conheci o presidente, o Haroldo Jezler⁶⁷, que foi muito importante. Muito importante também porque quando houve aquela... Eu fui para os Estados Unidos, tinha um empréstimo do

⁶⁵ Miguel Kozma (1940-2011) Foi secretário adjunto de Transportes Metropolitanos e presidente do Metrô.

⁶⁶ Nome sujeito à conferência.

⁶⁷ Nome sujeito à conferência.

BID, e eu fui tratar disso com o Ataíde, fomos para Washington, estava lá o prof. Lucas Nogueira Garcez⁶⁸ que na época era da Cesp, exatamente. E foi na época que houve aquela beligerância entre Mackenzie e Maria Antônia, mas por sorte eu estava afastado, não estava aqui, não me meti naquela história. Talvez tivesse me metido, não sei, evidentemente pelo lado da Faculdade de Filosofia. Muito bem, mas então o que aconteceu? Eu trabalhei na Comasp muito tempo. E um dia, eu já estava com meu primeiro casamento profundamente espatifado, desorganizado na época, e um dia eu entrei, fui para um outro prédio, trabalhava no Conjunto Nacional aí, tinha que ver uma coisa num outro departamento da Comasp e eu entrei e vi um negócio de vidro assim, tinha uma moça com uma blusa verde trabalhando lá, eu fiquei fascinado, fiquei fascinado. Dois anos depois casei com ela, minha mulher Tânia⁶⁹. Muito bem, mas o que aconteceu? Aconteceu que eu trabalhava meio período na Comasp e meio período no meu escritório. E aí meu escritório começou a caminhar, ao mesmo tempo em que dr. Haroldo deixou de ser presidente, e o Ataíde também, e um outro diretor que era muito meu amigo, dr. Sergio Figueiredo Melo⁷⁰, aí eu resolvi ir embora da Comasp. E não sabia se eu me demitia ou não, aí fui pedir um conselho para um amigo meu mais velho chamado Antônio Inácio Angarita da Silva⁷¹, e ele disse assim: “segura isso lá, fica lá.” Eu falei: “Por quê?”. Ele: “Fica lá.” Eu não me demiti e dali a um mês ele disse assim: “vamos te requisitar para dar uma assessoria jurídica na secretaria de ciência e tecnologia”, dr. Mindley⁷², chefe de gabinete exatamente dr. Antônio Inácio Angarita da Silva. Aí eu fui para lá e fiquei lá até o fim, foi uma época terrível, foi aquele negócio do Vlado⁷³, tal. Bom, você perguntou porque eu tive essa ligação com empresas? Porque eu estava dentro de uma empresa estatal, fazia uns trabalhos e passei a ser equivocadamente um especialista em empresa estatal, ali escrevendo artigo, fiz um trabalho muito interessante lá com o pessoal do Instituto da Administração, a “Evolução do setor público das empresas estatais” aqui no estado de São Paulo, e por aí fui.

⁶⁸ Lucas Nogueira Garcez (1913 - 1982) foi um engenheiro e político brasileiro.

⁶⁹ Tania Marina Stolle Jalowski Grau. Formada em Filosofia pela PUC de Campinas.

⁷⁰ Nome sujeito à conferência.

⁷¹ Antonio Ignácio Angarita Ferreira da Silva . Professor fundador da Escola de Direito de São Paulo da Fundação Getulio Vargas - DIREITO GV. Possui graduação em Ciências Jurídicas e Sociais pela Universidade Federal de Minas Gerais.

⁷² Nome sujeito à conferência.

⁷³ Nome sujeito à conferência.

R.Q. - O senhor sempre teve uma ligação, muito embora não filiada como o senhor mesmo descreve, ativa e explícita, com, digamos, uma ala mais de esquerda da política brasileira. Trazia para o senhor alguma dificuldade, algum constrangimento, alguma...enfim, o senhor foi objeto de algum tipo de perseguição, retaliação, talvez, profissional pelo fato de ao mesmo tempo ter uma militância se esquerda e ter atuação junto a empresas estatais?

E.G. - Não. Uma coisa muito interessante, uma coisa tem a ver com a outra, mas também tem... Eu fui ligado e ainda sou ligado a um movimento chamado da Crítica do Direito, a Crítica Jurídica, e houve um colóquio em Puebla nos anos 80, organizado por um sujeito chamado Oscar Correas⁷⁴, que é um argentino que foi se exilou em Córdoba, e foi aí que realmente abriu meu leque, porque aí eu conheci o Antoine Jeammaud⁷⁵, que é meu irmão, grande professor, vem dar aula na São Francisco, ele é professor do Direito do Trabalho e aos mesmo tempo um teórico no Direito, e foi o Antoine que me levou a primeira vez para falar na França etc, etc, etc. Bom, mas era um movimento de crítica marxista. E um dia nós fizemos alguma coisa, houve alguma coisa, em suma, o Oscar passou por São Paulo e ficou na minha casa. Ele veio dar uma palestra ou nós íamos para algum lugar, em suma, eu levei ele no escritório. Ele falou: “o que você faz?” E eu dei lá uns dois pareceres para ele ler. E num parecer eu falo alguma coisa sobre a lei Chapelier, uma nota de rodapé e eu cito Marx. Então o Oscar até hoje ele repete isso, ele diz: “*Eros, esse é um tipo muy curioso, porque los capitalistas le pagam para decirles lo que decía Marx*”. Nessa blague, nesse negocio, nunca ninguém me disse isso, mas eu cheguei algumas vezes a pensar, olha, se eu tiver um problema bem capitalista, para ter uma opinião isenta eu vou procurar um marxista, porque seguramente o que ele me disser é confiável. [Risos] Quer dizer, eu jamais venderia uma convicção, e acho incrível, mas acho que isso de alguma forma dá alguma segurança na correção do meu trabalho. Dá para entende o que eu quero dizer? Dá uma certa segurança na correção no meu trabalho. Quer dizer, eu nunca abri mão. Eu digo sempre que, tenho uma casa em Tiradentes, uma coisa muito grande e uma biblioteca enorme. E agora recentemente foi um amigo meu lá e eu disse para ele uma coisa que eu tenho algumas vezes dito, não precisava dizer isso, mas é o que sai do fundo do meu coração, uma coisa muito grande realmente, eu digo: “não tem um centavo de mais valia

⁷⁴ Nome sujeito à conferência.

⁷⁵ Antoine Jeammaud. Professor na Université Lumière-Lyon 2.

acumulada aqui.” Entende o que eu quero dizer? Sempre eu vivi do fruto do meu trabalho exclusivamente. Então acho dá uma certa confiabilidade. Eu nunca tive problema.

R.Q. - Fora da sua atuação profissional, na sua vida privada, o senhor alguma vez já foi objeto de perseguição, de repressão no sentido mais direto da palavra, pelas suas convicções ou pela sua atuação, ser detido, coisas do gênero?

E.G. - Você está querendo falar da minha prisão no DOI COD?

R.Q. – É , não sei, não sabia se o senhor tinha sido preso.

E.G. - Porque é um assunto... é isso, eu fui preso.

R.Q. - Mas já que o senhor foi eu gostaria de falar então.

E.G. - É que eu pensei que você estava fazendo um rodeio para chegar nisso. Eu fui preso no DOI COD, e na época eu era assessor do Dilson Funaro⁷⁶. Alias, eu sempre andei em boa companhia, nós éramos assessores do Dilson Funaro, nós quem? Roberto Müller Filho⁷⁷, grande jornalista, grande figura, Carlos Lessa⁷⁸, Maria da Conceição Tavares⁷⁹, Luiz Gonzaga Belluzzo⁸⁰, João Manual Cardoso de Melo⁸¹, Luiz Antônio de Oliveira Lima⁸², conhece o professor Lima? Por favor, quando você recompuser por escrito o negócio da Esquina me põe o Lima lá que eu esqueci. Uma figura boa, o Rogério Aguirre⁸³. E aí... [pausa]. Vou resumir, quando chegou ao ouvido do Dilson que eu estava preso, e foi o Müller que foi falar com o Dilson, eu não era assessor de estar lá todo dia, eu fazia umas coisas, ele falou: “como vocês não me falaram nisso?” Aí ele foi ao governador, não me lembro se era o Sodré⁸⁴ ou Paulo Egydio⁸⁵.

R.Q. - Que ano foi isso, o senhor se lembra?

E.G. - 1972. Quem era?

R.Q. – Eu acho que era o Sodré. Paulo Egídio é 75.

⁷⁶ Dilson Domingos Funaro (1933 - 1989). Foi um empresário brasileiro do ramo de plásticos. Foi presidente do BNDES e ministro da Fazenda do Brasil durante o governo José Sarney.

⁷⁷ Roberto Müller Filho. Jornalista.

⁷⁸ Carlos Francisco Theodoro Machado Ribeiro de Lessa. Economista.

⁷⁹ Maria da Conceição de Almeida Tavares. Economista. Portuguesa naturalizada brasileira. Foi deputada federal pelo estado do Rio de Janeiro.

⁸⁰ Luiz Gonzaga de Mello Belluzzo. Economista.

⁸¹ João Manuel Cardoso de Mello. Economista e um dos fundadores da da Unicamp e da FACAMP.

⁸² Luiz Antonio Oliveira Lima. Economista e professor de economia da Fundação Getúlio Vargas.

⁸³ Nome sujeito à conferência.

⁸⁴ Roberto Costa de Abreu Sodré (1917 1999). Foi advogado, empresário e político.

⁸⁵ Paulo Egydio Martins. Empresário e político.

E.G. – É era o Sodré. Ele foi ao Sodré e disse: “ó, tem um assessor meu preso no DOI COD, até meia-noite se ele não for solto até meia-noite, amanhã de manhã eu chamo a imprensa e digo que eu não tenho condições de continuar Secretário do Estado tendo um homem da minha confiança, de dentro do meu gabinete, preso.”

R.Q. - Isso o Dilson Funaro?

E.G. - *Dilson Funaro*.

R.Q. - O senhor chegou a ficar sabendo qual foi o fato que motivou sua prisão?

E.G. – Daí sem detalhes. O que aconteceu, sem detalhes.

R.Q. - Claro.

E.G. - O fato? O fato foi o seguinte, um sujeito que eu nunca vi, mas sei que... chamava... eu não vou dar o nome, mas que foi depois Secretário de Estado, esse cara eu nunca vi, ele tinha ficado num aparelho onde estavam coisas minhas, livros, tal. Os caras foram lá e pegaram as minhas coisas e aí foram atrás de mim.

R.Q. - Mais ou menos nessa época o senhor defendeu...

E.G. - Um momentinho só, ele não estava lá porque ele invadiu, ele estava lá porque ele precisava ser guardado e foi guardado. Depois quando ele foi preso: “onde é que você esteve, onde não esteve, tal”, ele disse que tinha estado lá, que era um apartamento... eu vou me lembrar já já o nome, aqui no Bexiga, já me lembro o nome da rua, mas também isso não é relevante. Mas diga lá, livre-docência.

R.Q. - Mais ou menos nessa época o senhor apresentou a sua livre-docência, em 1977, um pouquinho depois.

E.G. - 1976, um pouquinho depois. Antes disso houve a Casa dos Brasileiros. Lembra, o negócio do Goffredo?

R.Q. - Lembro.

M.S. - O senhor assinou?

E.G. - Pouquíssimas pessoas me perguntaram: “por que você não participou daquele negócio da Casa dos Brasileiros?”, porque que eu não participei? Porque me avisaram que não era para participar.

R.Q. – Quem pediu? Pediram para que o senhor não assinasse?

E.G. - Não, não me pediram que eu não assinasse. Eu perguntei: “qual é a linha de atuação em relação a esse assunto?” “*Fica fora disso.*” Certo?

R.Q. - Certo. E aí o senhor ficou...

E.G. - Sim, você segue uma linha... você segue certas, as orientações do partido são para serem seguidas. Está claro?

R.Q. - Sim. Mais ou menos nessa época então o senhor apresentou a sua livre-docência?

E.G. - Foi.

R.Q. – Como é que foi essa... o trabalho, a banca?

E.G. - Bom, o trabalho... Algum tempo alguém disse eventualmente publicar uma segunda edição da tese, que foi publicada como livro.

R.Q. - *Planejamento Econômico e Regra Jurídica*.

E.G. – Uma coisa, acho que as ideias são razoáveis, mas a forma é *lamentável*. Porque de lá para cá, acho que aperfeiçoei a minha maneira de escrever. Tinham frases quilométricas lá, não dá nem para salvar mais, tão ruim. Eu tive uma banca... não me lembro realmente quem foi, mas correu tudo bem, correu tudo de acordo com os planos, só ficou faltando mesmo pegar quem fez os planos, mas tudo bem.

M.F. - Seu doutorado o senhor gosta mais? Também não...

E.G. - Meu doutorado foi um negócio extremamente tormentoso, porque naquela ocasião havia uma encrenca muito grande entre a São Francisco e a PUC. Eu não era da São Francisco, e um professor que era ligado ao pessoal da PUC, cita um trabalho meu, então, eu fiquei apavorado que fossem me confundir com o pessoal da PUC. Todo mundo fazia... foi aquela leva de doutorado, não é? Durante uma mesma semana, cinco doutorados. Gente sendo reprovada pra chuchu, inclusive alguns juristas aí hoje que estão por aí foram reprovados lá e por isso que foram para outras faculdades dar aula. Não é o caso de lembrar nome. Quem foi muito legal comigo foi o Paulo Cesar Costa⁸⁶ que andou esclarecendo: “olha, o Eros não tem nada que ver com PUC, tal”, mas acho que corri riscos. Não estou dizendo que houvesse qualquer decisão política, mas ou você é simpático ou não é simpático. Eu me lembro que naquela época você defendia a tese para quatro examinadores e respondia uma pergunta, era um sistema diferente. E quem me fez a pergunta foi o prof. Manoel Gonçalves Ferreira Filho⁸⁷, e dizia a respeito à questão da legislação da censura. O meu orientador era o Geraldo Vidigal, mas ele pegou no fim, e ele não sabia o que eu ia responder, quando eu comecei a responder dizendo que a censura é inconstitucional, ele começou a olhar, “no que vai dar isso?”,

⁸⁶ Nome sujeito à conferência.

⁸⁷ Manoel Gonçalves Ferreira Filho. É um advogado, político e professor.

mas o Maleco⁸⁸ foi supimpa, vamos dizer assim, foi muio... Eu me lembro que conforme eu ia afirmando a inconstitucionalidade, ele *confirmava* com a cabeça, assim. Pois quem fez doutorado na mesma época foi um sujeito... eu passei um momento difícil comigo mesmo por conta dele. Acho que ele fez um dia depois de mim ou um dia antes, Alcides Jorge Costa⁸⁹. Aí passam os anos, eu viro professor titular, sou professor titular e o Alcides vai fazer concurso para professor titular. Quem é o Alcides? Quando eu entrei na Faculdade de Direito, meu pai me disse assim na semana seguinte: “agora você entrou na Faculdade de Direito eu vou te levar para conhecer o advogado mais sério que eu conheço”, e nos encontramos, meu pai, eu e o Alcides nos encontramos na rua Direita e nós fomos almoçar no antigo Fasano que tinha na praça Antônio Prado. Então Alcides é isso para mim, e eu era membro da banca. Então, eu fiz uma coisa que eu gosto muito de ter feito, na véspera eu fui ao escritório do Alcides pedir desculpas para ele, por ter de examiná-lo porque eu achei a coisa mais injusta do mundo, não é? Por todas as razões, examinar o Alcides, ao contrário, ele que tinha que ter me examinado. Elu derivei para contar essa história porque? O que eu estava falando antes? Ah, como foi o concurso. Então foi muito bem...

M.F. - A banca do doutorado.

R.Q. - E aí as dificuldades USP – PUC.

M.F. - E era muito conturbado politicamente então a Faculdade de Direito nesse momento?

E.G. - Tinha uma briga, não sei exatamente, mas era uma briga entre PUC e São Francisco. Quem era da minha banca era o Cretella⁹⁰, que também começou uma arguição *terrível*, aliás é meu confrade na Academia Paulista hoje. Ele começou... o título da tese era “Aspectos jurídicos do planejamento metropolitano”. Ele pegou minha tese e disse assim: “Seu Eros, ontem me sentei no jardim da minha casa com a sua tese, pleno sol do meio-dia e uma lanterna em cima da tese, para ver se eu descobria alguma coisa de jurídico nela. Nem o título, ‘Aspectos jurídicos do planejamento metropolitano’, o senhor muda o título porque com esse título eu não aceito. Muda ou não muda?” Eu disse: “Não.” Ele disse assim: “então eu recuso.” E aí houve um

⁸⁸ Manoel Gonçalves Ferreira Filho.

⁸⁹ Alcides Jorge Costa. Advogado e professor.

⁹⁰ José Cretella Júnior. Advogado e professor.

silêncio. Eu não recuei. Ele disse: “está bom, então vamos continuar.” Era assim, *era um terror*. Depois ficou muito meu amigo o Cretella.

R.Q. - Enquanto o senhor falava da relação USP – PUC, me ocorreu, talvez eu devesse ter perguntado isso antes, pela cronologia, mas na entrevista que nós fizemos com o prof. Paulo de Barros Carvalho, ele mencionou muito o senhor porque disse que os senhores são amigos desde infância e mantêm uma relação por toda vida. Nesse momento o prof. Paulo estava na PUC. Como é que era a relação do senhor com ele, e que isso de alguma maneira...?

E.G. - Era meu amigo, eu conheço ele desde menino. Ele é o que? Um ano, dois anos mais velho que eu, o pai dele era amigo do meu pai. Quando ele tomou posse como professor titular eu fiz até uma saudação para ele dizendo que tinha duas coisas que eu não o perdoava, é que, como ele era mais velho, ele não jogava bola quando era moleque comigo, uma coisa mais ou menos assim. Eu admiro muito o Paulo. Quando o Alcides estava para se aposentar houve uma reunião na congregação e o Ataliba⁹¹ chegou do meu lado e disse: “como é que vai ser aí no teu departamento?”, porque nós imaginávamos que viesse alguém de fora. Quem era de dentro que podia fazer o concurso era só o Walter Barbosa Correia, mas o Walter Barbosa Correia estava doente já, não tinha nenhum outro livre-docente, já na época professor adjunto, não sei. E aí nesse bate-papo do Ataliba comigo, eu não sei se o Ataliba que sugeriu ou eu que mencionei, falei: “vamos estimular o Paulo?” E foi o que nós fizemos. E aí o Paulo veio e fez o concurso sozinho. Eu também o examinei. Fez o concurso sozinho, ninguém se apresentou. Havia o risco de alguém de fora vir. É interessante porque quando nós gostamos de alguma pessoa ou entidade, a nossa tendência é sempre protegê-la, não é? Então era mais ou menos isso, evidentemente dentro dos nossos juízos que não são necessariamente corretos sempre.

R.Q. - Ainda em relação a esse momento da década de 70, além da relação USP – PUC que tornava o clima muitas vezes tenso, desse ponto de vista político, a São Francisco teve professores que na década de 60, 70 tiveram atuação importante no regime militar e teve professores que dentro da São Francisco de certa forma constituíam alguma oposição a essa linha. Então houve ministros da Justiça, prof. Manoel Gonçalves foi

⁹¹ Geraldo Ataliba Nogueira.

chefe de gabinete do prof. Buzaid⁹², de outra parte os alunos apoiavam muito o prof. Jose Inácio Botelho de Mesquita⁹³, o prof. Fabio Comparato⁹⁴, enfim, entre outros. Como era o clima da faculdade desse ponto de vista da relação da faculdade com a política nacional, isso de alguma maneira tencionava a relação entre os professores ou entre professores e alunos, ou não, ali era um ambiente em que esse nível de divergência política não penetrava?

E.G. - Tencionava, sim, lógico que tencionava, e todo mundo sabia muito bem quem era quem. Você mencionou aí, entre todas as pessoas que você mencionou, você mencionou um sujeito que está acima do bem e do mal, porque eu gostaria de um dia ter sido Presidente da República e ter que indicar algum ministro para o Supremo Tribunal Federal, e se eu pudesse fazer isso eu indicaria o jurista mais completo que eu conheço, um homem de uma integridade incomum, chamado Jose Inácio Botelho de Mesquita. *Esse é hors-concours, acima de tudo.* Um sujeito que admirei muito sempre, seria o segundo talvez que eu indicaria, Sergio Marcos de Moraes Pitombo⁹⁵, *grande jurista* também. Bom, tinha essa tensão, esse negócio. Acho que o Maneco foi indevidamente malhado algumas vezes, houve um determinado momento, naquela época houve um determinado momento que ele foi acusado de alguma coisa e que eu saí em defesa dele. Às vezes, o mal não está em quem aparenta encarnar o mal, muitas vezes o mal está em quem aparenta ser bonzinho. Isso é um negócio muito sério. Talvez uma das coisas que a maturidade tenha me ensinado, e por isso eu não me irrita com determinadas atitudes que eu tomei, foi a seguinte, tentar ser justo, não é? E não... A relação era complicada. Acho que havia muita gente de grande entusiasmo e boa vontade, não é? E gente que parecia ser má que não era tão má assim. Eu quero dizer uma coisa, por exemplo, professor Miguel Reale pai, é óbvio que eu não o convidaria o professor Miguel Reale pai, para sentar comigo e fazer alguma coisa politicamente junto comigo, mas ele era um homem digno. Quando ele foi reitor da USP, ele procedeu corretamente sempre. Ele chegou até a ajudar a esconder professor que seria perseguido. E ele foi, recentemente,

⁹² Alfredo Buzaid (1914 - 1991). Foi advogado, professor e Ministro da Justiça durante o governo Emílio Garrastazu Médici.

⁹³ José Inácio Botelho de Mesquita. Professor da Universidade de São Paulo,

⁹⁴ Fábio Konder Comparato. É advogado, escritor e professor da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo aposentado.

⁹⁵ Sergio Marcos de Moraes Pitombo (ano de nascimento sujeito à conferência – 2003). Foi desembagador.

lá na faculdade, acusado de um negócio com uma agressão imensa. Tanto é que houve um manifesto que quem assinou foi o Celso⁹⁶, o Tércio⁹⁷, meus grandes amigos que eu não mencionei antes, e o [Risolato Batista⁹⁸]. Então, não sei, é muito difícil, é difícil tentar explicar isso, a vida dentro da faculdade ou na vida dentro da faculdade a gente podia conviver afavelmente, pondo de lado as divergências políticas. Nas horas capitais. Então, por exemplo, o Reale: “ah, não quero saber de nada com o Reale. Mas ofenderam o Reale. Espera aí, ofenderam o Reale? Não.” Se ofenderam o Reale nós vamos ver, vamos botar esse negócio em pratos limpos porque... Pode dizer: “olha, politicamente ele está errado.” Eu acho que ele estava errado, mas enquanto reitor sempre se comportou com dignidade. São coisas diferentes. Dá para entender o que eu quero dizer? Pois é, era tenso. O Zé Afonso⁹⁹, o Zé Afonso escreveu um livro de memórias...

R.Q. - *Minha trajetória, história constitucional, não é?*

E.G. - É. Me deda lá, não é, como comuna? [riso]

R.Q. - É. Não lembro. A gente leu o livro para entrevista dele.

E.G. -. Um homem muito importante para faculdade, sem dúvida.

R.Q. - 1980 o senhor presta um concurso para professor da São Francisco, foi isso?

E.G. - Professor adjunto. Não, já era professor. É que naquela época a carreira era assim: doutor, livre-docente, adjunto, titular, não é? Hoje acho que é: mestre, doutor, livre-docente e titular. Não, não é mais livre-docente, é adjunto.

R.Q. - Associado.

E.G. - É, associado. Eu fiz o concurso, foi um concurso *danado* porque só eu acreditava que eu tivesse, que eu fosse ganhar o concurso, era um concurso só de título. Eu tinha mais título. Título eu tinha mais do que os outros dois inscritos que eram o Alcides e o Fábio Nuzeu¹⁰⁰. Título eu tinha mais. A banca era: Rui Barbosa Nogueira¹⁰¹, Geraldo

⁹⁶ Celso Lafer. Advogado, professor da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo e ex-Ministro das Relações Exteriores brasileiro.

⁹⁷ Tercio Sampaio Ferraz Júnior. Advogado e professor da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo.

⁹⁸ Nome sujeito à conferência.

⁹⁹ José Afonso da Silva. Foi professor na Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo. É Procurador do Estado de São Paulo aposentado.

¹⁰⁰ Nomes sujeitos à conferência.

¹⁰¹ Rui Barbosa Nogueira (1919 - 2003). Foi professor na Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo.

Vidigal¹⁰², Washington Peluso Albino de Souza¹⁰³, Seabra Fagundes¹⁰⁴ e um cara de tributário, de Brasília, que nunca mais ouvi falar, chamado Igor Tenório¹⁰⁵. Como tinha um de Direito Tributário, que era o Alcides, e dois de Direito Econômico, então foi Rui e Igor Tenório, de Direito Econômico era Washington Albino e o Geraldo Ataliba e o Seabra Fagundes, o ministro, não é? E eu fui indicado pelo Washington, pelo Geraldo Vidigal e pelo Seabra Fagundes, e ganhei o concurso. Aí é um troço, “o mais moço”, mas eu tinha mais título. Aí tem uma história muito bonita porque eu já conhecia o Seabra Fagundes, mas depois com o passar do tempo, por conta de congresso, o Geraldo Ataliba é uma figura, que pelo amor de Deus, eu não podia ter deixado de mencionar o gordo, chamava Celso Antônio Bandeira de Melo¹⁰⁶ o chamava também, que foi meu professor da EASP, Celso Bandeira de Melo. Eu depois acabei tendo uma proximidade com grande simpatia também pelo Seabra Fagundes. Um dia houve um negócio em Tiradentes e eu o convidei, e convidei o Seabra Fagundes. Ele disse: “não, eu não posso, tal.” E depois ele diz uma coisa que eu acho notável para um amigo meu: “eu não posso aceitar porque naquele concurso *tormentoso*, eu o escolhi.” Você veja a seriedade das pessoas. Entende? “Como eu o escolhi agora eu não quero ter...”. Quer dizer, exatamente ao contrário, o que normalmente as pessoas fazem, quer dizer, se amanhã ou depois eu lhe ofendo, eu fico constrangido, ele foi exatamente ao contrário. Era um homem ímpar.

R.Q. - E o seu concurso para professor titular?

E.G. - Meu concurso para professor titular eu estava certo que eu ia perder. Eu escrevi tudo que eu quis naquela tese, com grande liberdade, e por isso que eu acho que a tese acabou funcionando, está aí em 15ª edição. Haveria três candidatos que seria eu, o Fábio Nuzeu e o Ives Gandra. Porque havia sempre a história de que o Ives faria o concurso e tal. E o Ives não fez, não se apresentou, e o Fábio Nuzeu ia se inscrever, a tese dele ficou pronta na véspera, segundo o que ele conta, ficou toda empastelada a tese, e aí ele não teve condições de apresentar, e eu fiz o concurso sozinho. Quem era a banca? Não

¹⁰² Geraldo de Camargo Vidigal (1921- 2010). Foi membro da Academia Paulista de Letras. Foi professor na Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo.

¹⁰³ Washington Peluso Albino de Souza (ano de falecimento sujeito à conferência – 2011). Foi professor de direito econômico.

¹⁰⁴ Miguel Seabra Fagundes (1910 -1993) foi advogado, jurista e magistrado brasileiro.

¹⁰⁵ Nome sujeito à conferência.

¹⁰⁶ Celso Antônio Bandeira de Mello. Advogado, escritor e professor universitário.

me lembro. Antônio Sampaio Doria, João Manuel Cardoso de Melo, Zé Afonso e dois professores da Economia, não me lembro quem eram. Foi uma coisa razoavelmente tranquila. Porque eu não podia perder para mim mesmo.

M.S. – E foi nesse momento que o senhor se sentiu do Largo de São Francisco ou antes o senhor já se sentia?

E.G. – Ah, isso foi...Eu me senti dentro do Largo de São Francisco desde o primeiro momento, mas aí era a grande legitimação, quer dizer, você ser recebido. Hoje eu sinto saudade. Os alunos me chamam de vez em quando. Esse ano eu fiz lá, chamaram para a aula inaugural da noite, eu tentei explicar para eles que eles estavam entrando na Faculdade de *Direito*, não na faculdade de justiça. E que aquilo que se produz lá é... Nos juízos o que se produz ou se deveria produzir é meramente a segurança essencial ao funcionamento do modo de produção social capitalista, nada mais do que isso.

R.Q. - O senhor mencionou a tese de livre-docência e, enfim, o livro que dela resultou que é a *Ordem econômica na Constituição de 88*, que o senhor disse agora já está na 15ª edição. O senhor tem muitos livros publicados, mas a *Ordem econômica* ao lado do *Direito posto e direito pressuposto* são aqueles que têm mais edições recorrentes. Qual a importância que o senhor dá a esses livros na constituição do Eros Grau como um jurista notório, famoso, público? O senhor entende a diferença que há entre o senhor que é um grande advogado, fez uma tese de doutorado boa, uma tese de livre-docência boa, é uma pessoa tecnicamente competente, mas acima disso o senhor é uma figura pública e notória reconhecida como talvez maior autor de Direito Econômico no Brasil? O senhor acha que essas obras, essas publicações, o fato delas terem tido tanto sucesso, tantas reedições, serem tão lidas, são determinantes para que o senhor tenha se constituído nessa figura de um grande intelectual público do Direito Econômico?

E.G. - Eu acho que... são meras circunstâncias, o vento bate assim ou bate assado. Vou voltar ao que eu disse antes. O vento bateu assim num determinado momento, e andaram lendo, me uniram ao Direito Econômico, eu não me sinto tão unido ao Direito Econômico, eu me sinto lido ao Direito em geral, mas eu não fiz mais do que a obrigação. E o vento bateu a meu favor. Agora, há grandes juristas diante dos quais eu me coloco humildemente. Eu acabei de mencionar um, que o vento nunca bateu assim, *José Inácio*, o José Inácio é uma figura para você cultuar enquanto jurista. Agora as

circunstâncias não bateram, o vento não bateu. Alaôr Caffé¹⁰⁷, meu Deus, Allaôr Café é um homem de grande saber, está na FACAMP, o vento não bateu. Alias eu tinha que ter mencionado, Alaôr, também. Então esses livros não valem nada, sinceramente, vou dizer por que eles não valem nada. Bom, *A ordem econômica na Constituição* tem talvez umas dez páginas que sejam... hoje possam até ser interessante. Um outro livro que você não mencionou, *Ensaio discurso sobre a interpretação/aplicação no direito*, eu pedi para o Álvaro Malheiros não publicar mais, porque eu vou reescrever, eu pretendo reescrever totalmente isso. Hoje qual é a minha grande preocupação? A minha grande preocupação é que os tribunais estão decidindo *arbitrariamente*, percebe? Esse negócio de princípio, isso é uma loucura, negócio de razoabilidade etc, etc, etc. Então eu quero escrever alguma coisa mais ou menos nessa linha. Eu queria escrever 80 páginas, um livro de 80 páginas só, para depois dizer assim joga fora tudo. Mas mesmo que ninguém jogue, vou voltar para a tua pergunta, estou falando isso *que é a pura expressão do meu convencimento*, isso não significa nada. Esse papel de hoje aí ele desaparece muito mais rapidamente do que o papel dos livros antigos. Dentro de 20 anos...Fernando Pessoa diz assim: duas vezes por ano se pensa em ti, o dia em que nascesse e o dia em que morresse, e talvez alguém na tua família suspire de vez em quando pensando em ti, depois, *mais nada, mais nada*. Você sabe alguma coisa do Pedro Lessa¹⁰⁸, do Edmundo Lins¹⁰⁹? Não sabe nada. Daqui a 30 anos, ninguém vai saber mais nada disso que nós estamos fazendo aqui é... como se meu pai tivesse aí, eu chegava com o boletim bom, meu pai olhava e dizia assim: “não fez mais que a obrigação.” É verdade, quando eu saía ele esfregava as mãos... *mas só ele*, está compreendendo? De modo que eu acho que o sujeito tem que tomar plena consciência de que ele é apenas... tem que cumprir suas obrigações e ponto final, entende? E eu não estou dizendo isso para parecer... eu tenho que parecer coisa nenhuma. Quase que me escapou alguma coisa. [risos].

¹⁰⁷ Alaôr Caffé Alves. Professor da Universidade de São Paulo, Professor da Escola Superior do Ministério Público de São Paulo, Professor - Faculdades Integradas Módulo. Coordenador de curso - Faculdades de Campinas – FACAMP.

¹⁰⁸ Pedro Augusto Carneiro Lessa (1859 - 1921). Foi magistrado, político e professor.

¹⁰⁹ Edmundo Pereira Lins (1863 - 1944). Foi jornalista e magistrado.

R.Q. - A gente está chegando ao final da segunda hora. O senhor quer talvez marcar uma... Porque a gente está a dez anos do senhor virar ministro do Supremo, ainda aqui no roteiro, tem muita...

E.G. - Eu acho que valeria a pena a gente falar. Engraçado, eu tinha tomado nota de algumas coisas e... acho que eu falei... se quiser falar a minha indicação para o Supremo é uma coisa muito engraçada que eu acho que... Há questão de um mês eu estava numa roda e um sujeito disse assim: “foi o Lula que lhe indicou para o Supremo?” Eu falei: “Não. Quem me indicou para o supremo foi o Presidente da República.” O Presidente da República era o Lula, mas não foi o Lula que me indicou, foi o Presidente da República. Então eu acho que esse negócio, esse processo de... isso é uma coisa muito importante. Eu tinha anotado isso aqui uma outra coisa, que para mim foi muito marcante também, uma viagem que eu fiz a Havana em... acho que foi em 88, não me lembro exatamente, quando a gente conversar na próxima vez eu posso apurar com exatidão isso.

R.Q. - Aqui a gente tem a sua passagem pelo CNPq, Capes, Comissão de pós-graduação da faculdade, enfim, pesquisa, ensino no direito, a passagem pelo Supremo, sua atuação como, digamos, um advogado de interesse público na oposição à política econômica anti-inflacionária do Collor, o senhor teve um papel ativo. Então tem muita coisa.

E.G. - E alguns erros que eu cometi também com o negócio de privatização que hoje eu reconheço que eu não tinha entendido direito, naquela ocasião.

R.Q. - Está bom.

E.G. - Poder dar à mão a palmatória é muito legal.

R.Q. - Então, faremos o seguinte...pode cortar.

2ª Entrevista: 25/09/2012

M.F. - São Paulo, 25 de setembro de 2012, segunda entrevista com o professor Eros Roberto Grau, a cargo dos pesquisadores Rafael Mafei, Mariana Ferreira e Muriel Soares para o projeto História Oral do Campo Jurídico de São Paulo, desenvolvido pelo CPDOC da Fundação Getúlio Vargas. Por favor, professor.

E.G. - Uma história, depois da nossa, quando terminou a nossa conversa anterior, me lembrei de uma história que não tem a ver comigo, mas é mais do que se tivesse a ver comigo porque tinha a ver com meu pai. É uma história curiosa que eu gostaria até

deixar registrada. Meu pai era muito amigo do Laudo Natel¹¹⁰ e havia um grande amigo comum aos dois. No dia que o Adhemar¹¹¹ foi cassado, e tarde da noite esse amigo ligou para meu pai e disse: “olha, estou falando em nome do Laudo, ele quer te convidar para ser Secretário da Fazenda.” Meu pai ficou quieto, esperando o que viesse acontecer, mas no outro dia, no fim da manhã, esse mesmo amigo veio aborrecidíssimo, totalmente sem graça, porque disse que na manhã daquele dia um sujeito chegou na casa do Laudo, não sei, ou no Palácio, e se apresentou: “eu vim aqui para me apresentar para ser seu Secretário da Fazenda, fui indicado por Brasília”, era o prof. Delfim Netto¹¹². Uma história, quer dizer, brincavam com meu pai, o dia que tu quase fosses Secretário da Fazenda. Porque quem escolhia na época eram os militares. Meu pai era uma figura notável, eu já disse isso mais de uma vez. Também me lembrei de uma cena que ficou, não gravada em mim, mas que várias vezes foi repetida, eu tinha três anos de idade, estava em Santa Maria na primeira quadra, e um muito amigo do meu pai, Sírio Simões Pires¹¹³, tinha um livro. Eu peguei o livro, moleque, três anos, joguei o livro no chão. Meu pai olhou bravo para mim e falou “menino, tu não tem senso de responsabilidade!”, ou seja, ele cobrava de mim senso de responsabilidade aos três anos, e é por isso que eu o admiro tanto.

M.S. - Tem uma ligação um pouco com o que o senhor falou, a gente terminou a primeira entrevista com o senhor afirmando, justamente, que as pessoas têm que cumprir suas obrigações, quando nós o questionamos o que seria a figura do jurista. Tendo sido presidente da Capes de 91 a 94, como o senhor avaliou o ensino jurídico naquele momento e como o senhor avalia o ensino jurídico atualmente?

E.G. - Olha, eu acho que as coisas mudaram bastante de lá para cá. Que ano foi mesmo? De 91 a 94. As coisas mudaram. Eu começaria por dizer o seguinte, ninguém sabia que eu era presidente da Capes naquela época, como ninguém sabia que antes de mim tinha sido o Tércio¹¹⁴, tinha sido o Joaquim Falcão¹¹⁵ porque havia um certo recato, se

¹¹⁰ Laudo Natel. Foi duas vezes governador do estado de São Paulo entre 1966-1967 e 1971-1975.

¹¹¹ Adhemar Pereira de Barros (1901-1969). Aviador, médico, empresário e político.

¹¹² Antônio Delfim Netto. É economista, professor universitário e político.

¹¹³ Nome sujeito à conferência.

¹¹⁴ Tercio Sampaio Ferraz Júnior. Advogado e professor da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo.

ninguém soubesse que eu era o presidente da Capes, fora da área, não teria amolações, reivindicações. O mundo do ensino jurídico era mais restrito do que é hoje. Então o que eu acho que há hoje, essa multiplicação de escolas, talvez os professores na época não fossem tão qualificados quanto deveriam ser, mas seguramente hoje são muito menos. E naquela época as grandes faculdades, eu não sei, hoje realmente eu não sei, há uma série de levantamentos estatísticos, aparece as melhores faculdades, mas não credito muito nisso. Naquela época as grandes faculdades eram, lógico, o Largo de São Francisco, a Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais, no Rio havia boas faculdades também, mas aquilo era ensino jurídico e não um comércio da venda do bem chamado ensino jurídico. Será que eu me faço entender, não?

R.M. – Claro. O senhor também teve uma importante atuação tanto dentro da Universidade de São Paulo, quanto depois fora, na própria Capes, pensando pós-graduação, e, portanto, pesquisa jurídica. Qual é a avaliação que o senhor faz das mudanças [inaudível] da pesquisa em Direito?

E.G. - Eu não sei, eu acho que existe um problema que está em que realmente a pesquisa jurídica institucional na universidade, eu diria que começou, no meu modo de ver, a partir dos anos 70. Lógico que até então havia gente que pesquisava e eu diria até que muito mais do que hoje. Porque não havia os derivativos que comprometem a leitura, a pesquisa, não havia televisão, não havia Facebook, essas coisas todas. Mas eu diria que em termos institucionais a pesquisa começa em...no fim dos anos 60. E no Largo de São Francisco, eu diria que ela começa, de certa forma, monográfica. Há um episódio notável, mas *notável*, que vale a pena contar, porque o diretor dos cursos de pós-graduação, não o diretor, mas o coordenador dos cursos de pós-graduação, como deve ter hoje, não sei o nome, era o prof. Geraldo Vidigal¹¹⁶, e a Capes intimou o Largo São Francisco para prestar explicações, e o Geraldo Vidigal com aquele jeito dele *brilhante*, mas com alguns repentes, começou a conversa e um sujeito da Capes, que eu não sei quem era, começou a perguntar, aí o Geraldo olhou e disse “escuta aqui, rapaz, você está me perguntando isso por que, quando a Capes foi criada”? “1960”, não sei.

¹¹⁵ Joaquim Falcão. Foi conselheiro do Conselho Nacional de Justiça de junho de 2005 a junho de 2009. Diretor da FGV DIREITO RIO.

¹¹⁶ Geraldo de Camargo Vidigal (1921- 2010). Foi membro da Academia Paulista de Letras. Foi professor na Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo.

Ele disse: “então não dá para você perguntar nada para mim, porque eu estou numa instituição que está lá desde 1824”, não é?. Então havia isso. Depois começaram aparecer grupos mais recentemente, grupos de pesquisa. Eu temo as vezes que esses grupos escapem da realidade e comecem a fazer na pesquisa mais teoria do que pesquisa. Houve um exagero, de certa forma, um Direito achado na rua, algumas coisas que foram feitas por um sujeito extremamente competente do Recife, cujo nome não me lembro agora, mas vou me lembrar já já, mais adiante, e uma terrível vontade, eu percebo as vezes, de encontrar justificativa para determinadas linhas teóricas, não é? Essa coisa dos princípios, dos neo e pós constitucionalismos, eu acho que de certa forma foram distorcendo, muito perniciosos não só para o ensino do Direito, mas para a própria aplicação do Direito.

R.M. - Por quê?

E.G. - Porque o Direito é o Direito Positivo, o Direito é o Direito Positivo, esse Direito que está aí é o Direito que deve, que visa, que deve visar a produção de segurança e certeza jurídica. Porque sem segurança e sem certeza jurídica o modo de produção social, quer dizer, o mercado, não pode funcionar. Então, na verdade ensinasse ou deve-se ensinar o Direito, não para que o sujeito aprenda a fazer justiça, mas para que ele aprenda a aplicar o Direito, e aplicar o Direito é aplicar as leis, a Constituição, os textos de Direito Positivo. Em 1942, quando Franz Neumann¹¹⁷, escreveu *Behemoth*, ele diz algo mais ou menos assim: o uso de princípios e cláusulas gerais para justificar alguma decisão, na verdade não conduz a formulação de nenhum juízo jurídico, mas sim a justificativa para que se tome qualquer medida individual, Neumann dizia em 1942, se referindo ao nazismo, ao Direito nazi-socialista. Então, quando se começou a usar princípios para tomar decisão, se começou a atropelar o Direito Positivo. E é isso que leva a uma série de distorções *graves*.

R.M. - Vou fazer uma pergunta para o senhor, explorando as respostas que o senhor deu para as questões até aqui. Quando o senhor fala do Direito como o domínio da técnica do Direito Positivo e, portanto, distanciado de questões de princípio ou de questões meta-jurídicas, e ao mesmo tempo o senhor fala também da academia ou da pesquisa, principalmente no desenvolvimento atual da pesquisa, como sendo uma pesquisa que corre o risco de talvez ficar muito preocupada com as suas próprias aporias e esquecer

¹¹⁷ Franz Leopold Neumann (1900 - 1954) foi um jurista alemão e cientista político.

da prática do Direito, o desenvolvimento autônomo do pensamento jurídico faz com que o Direito assumira esse caráter técnico, mais desligado dos seus fundamentos políticos, talvez. Por outro lado, o desenvolvimento autônomo da pesquisa como algo desligado da preocupação prática faria com que a pesquisa perdesse em qualidade talvez? Porque...minha pergunta no fundo é o senhor avalia que a profissionalização da pesquisa gera efeitos deletérios para a pesquisa ou a institucionalização da pesquisa gera efeitos deletérios para a pesquisa ou...?

E.G. - Não. Eu acho que a profissionalização da pesquisa não gera efeitos deletérios, mas a pesquisa deve ser feita em cima da prática, eu já explico o que eu quero dizer, em cima da prática e dos fundamentos, apurar coerência, para apurar como é que a prática conduz a movimentação dos fundamentos, vice-versa. Mas eu tenho que estabelecer uma premissa. Eu não acho que o Direito seja uma técnica, de modo nenhum, nem eu disse isso. Quer dizer, o Direito é uma prudência, o Direito não é uma ciência. Estou falando na prática do Direito, que o juiz faz. O juiz não faz ciência, ele faz uma prudência. O desafio da ciência não ter resposta para uma exata para uma determinada questão, o desafio da prudência é que há sempre, há inúmeras respostas corretas para a mesma questão. Aquilo que Aristóteles diz. Então, o juiz, o bom juiz é um juiz prudente que se movimenta para tomar uma determinada decisão, no quadro daquilo que ao se chamou de texto da norma e que eu chamo texto... quadro do texto, perdão, moldura da norma, que Kelsen¹¹⁸ chamou, e que eu chamo moldura do texto e da realidade, porque eu entendo que o texto... O processo legislativo termina com o texto e a partir daí começa o chamado processo normativo. Então, o que eu quero dizer é que a pesquisa tem que ser feita em cima desta *prática que é prudência*, que não é ciência. Lógico que quando eu falo sobre o Direito, o meu discurso não é um discurso de prudência, é um discurso de ciência. E isso é produzido pelos professores, pelos que escrevem, e, sobretudo, pelos pesquisadores. Eu acho que a profissionalização deles é extremamente relevante. Vou mais, acho que a universidade pública não pode excluir professores que não possam se dedicar com exclusividade ao ensino e à pesquisa, não é? Eu dou alguns exemplos. Eu acho que deve haver faculdades de Direito, onde os professores sejam só professores e pesquisadores, *perfeito*. Mas a universidade pública não pode fazer isso, porque a universidade pública, se exigir um regime de dedicação integral ao ensino e a

¹¹⁸ Hans Kelsen (1881 - 1973). Foi um jurista e filósofo austríaco.

pesquisa, ela vai perder quadros fundamentais. Eu diria, por exemplo, meu prof. Miguel Reale¹¹⁹ nunca poderia ter sido professor, Celso Lafer¹²⁰ nunca poderia ter sido professor da Faculdade de Direito da USP, Tércio¹²¹ nunca poderia ter sido professor, e por aí vamos. Então eu acho que na universidade pública não pode haver... não é a profissionalização da pesquisa, a exclusivização da pesquisa.

R.M. - O senhor acredita que o modelo de composição, parte tempo integral, parte tempo parcial, é o modelo adequado?

E.G. – Não, para a universidade pública não serve. Por exemplo, a Filosofia do Direito, a Teoria Geral do Direito tem que ter dedicação integral... não; os meus exemplos são assim, uma beleza. Nem o Tércio, nem o Celso Lafer, nem o Miguel Reale poderiam ser professores. Agora, se você tiver uma universidade privada, tudo bem, aí eu acho que você pode experimentar isso, mas na universidade pública não, sou inteiramente avesso a isso, porque a Universidade pública, a Faculdade de Direito do Largo de São Francisco, não poderia se dar o luxo de dizer: olha, não quero ter Zé Inácio Botelho de Mesquita¹²², não quero ter... Bom, não vou citar mais ninguém para não cometer nenhuma injustiça.

M.S. - Ainda sobre a questão dos princípios, que eu acho muito interessante, como o senhor avalia, por exemplo, o Brasil ao ter assinado o pacto de São José da Costa Rica e a questão da prevalência dos direitos humanos? Qual a ligação que o senhor faz com a interpretação do Direito?

E.G. - Olha, sinceramente, eu vou dizer uma coisa talvez chocante, eu não conheço nenhum direito que não seja humano. Todos os direitos são direitos humanos. Esse negócio de pactos são composições que tem uma grande importância na ordem política, da política internacional. Mas o que o juiz deve aplicar, é um direito tal como ele vive entre nós, sem... a palavra é perigosa, sem emotividades. Lógico que eu sou ser humano, sou juiz e sou dominado pelas minhas pré-compreensões também, mas eu não posso aplicar senão o Direito Positivo, tal como ele é moldado por uma regra que diz que os

¹¹⁹ Miguel Reale (1910-2006). Reitor da Universidade de São Paulo entre 1949-1950 e 1969-1973.

¹²⁰ Celso Lafer. É advogado, professor e ex-Ministro das Relações Exteriores brasileiro.

¹²¹ Tercio Sampaio Ferraz Júnior.

¹²² José Ignácio Botelho de Mesquita. Professor da Universidade de São Paulo,

tratados e convenções internacionais são internalizados, não é? É muito perigoso começar a fazer literatura em vez de se aplicar o Direito. Respondi sua questão?

M.S. - Sim.

R.M. - Professor, agora retomando numa sequência mais cronológica, a gente terminou a entrevista mais ou menos no início da década de 80, e nesse momento ganhava força no Brasil um importante movimento político que foi o da Diretas Já. Como o senhor se lembra desse momento e como o senhor viveu esse momento?

E.G. - *Eu vivi com grande intensidade*. Com uma experiência marcada, vamos dizer assim, com a visão marcada por experiências que eu tinha tido antes, e que eu até gostaria de mencioná-las, não é? Um grande momento profissional da minha vida: censura teatral, e eu fui... foram vários advogados que se insurgiram contra a censura, não vou dizer que eu fui o único. Mas eu trabalhei junto com duas figuras encantadoras, Luiz Izrael Febrot¹²³ e Aldo Lins e Silva¹²⁴, *e era um momento tenso*. Me lembro perfeitamente que havia uma peça chamada “Feira [Paulista] de Opinião”, e nós entramos com um mandado de segurança, o Febrot, o Aldo Lins e Silva e eu, e o juiz, de primeira instância deu o mandado de segurança dizendo, numa sentença que está aplicada na revista de Direito Público número 6, até mencionei recentissimamente isso, em que esse juiz que chamava-se...chamava-se não, chama-se Américo Lacombe¹²⁵, dizia: “imagina, esse negócio de censura só na União Soviética, não tem sentindo nenhum em se falar em censura aqui”.

R.M. - O senhor se lembra em que ano mais ou menos foi isso?

E.G. - Fim de 60, e naquela época eu fiz algumas coisas mais além de trabalho jurídico. Tinha o CCC na época, e uma das tarefas das quais eu fui incumbido era, maravilhosa tarefa, ser uma espécie de guarda-costas de uma atriz que estava sob ameaça do CCC, maravilhosa, que chamava Norma Bengell¹²⁶, era uma beleza cumprir essa tarefa; José Serber¹²⁷, que era um grande sujeito, um empresário, tinha uma indústria de móveis e o

¹²³ Luiz Izrael Febrot. É advogado e jornalista.

¹²⁴ Aldo Lins e Silva (1918-2010). Foi advogado.

¹²⁵ Américo Lourenço Masset Lacombe. Advogado e juiz federal aposentado, foi professor universitário.

¹²⁶ Norma Aparecida Almeida Pinto Guimarães d'Áurea Bengell. É atriz, cineasta, produtora, cantora e compositora brasileira.

¹²⁷ José Serber. Ator.

Zé Serber e eu e outros amigos nós éramos... fui guarda-costas da Norma Bengel, isso é uma coisa que guardo no meu currículo. Você me perguntou a época, eu me lembro bem que no meu concurso para doutoramento, naquela época ele era diferente, havia cinco membros na banca, quatro que indagavam sobre a tese e um que fazia uma pergunta. E quem ia fazer pergunta para mim era Direito Constitucional, era o Maneco¹²⁸. A pergunta era dada antes, você tinha 15 minutos para fazer uma exposição sobre a pergunta. Meu orientador era o Geraldo Vidigal¹²⁹, mas eu não tinha falado nada com ele a respeito da pergunta, a resposta que eu ia dar. E quando eu começo a dar a resposta o Geraldo ficou aflitíssimo, porque eu falei violentamente contra a censura. E o Maneco me deu nota dez. A gente dizia o que a gente tinha vontade de dizer, não que tivesse liberdade para isso, mas nós nos impúnhamos esse dever de dizer, mesmo quando... numa situação como aquela, tivesse em jogo aí... *era meu concurso, ser doutor ou não*. Na época, gente foi reprovada para chuchu. Foi o começo... a grande mudança que houve na universidade. Dali... aqueles que apresentavam tese naquela ocasião, naquele mês, eram os últimos que apresentavam tese originários do regime antigo. Então, foi terrível porque na mesma semana fomos aprovados Alcides Jorge Costa¹³⁰, eu, mas foram reprovadas algumas figuras, até conhecidas. Posso falar? O Dallari¹³¹ e o Adilson¹³². O Dallari foi reprovado, o cara que era presidente da Assembleia Legislativa, Antônio Morimoto¹³³ foi reprovado; o negócio era tenso. Então era muito importante dizer a verdade, a sua verdade. E o... Modesto Carvalhosa¹³⁴ foi muito... me apoio muito nessa época. Eu já falei dele na nossa outra sessão. E também foi um homem que correu riscos, foi preso. O Maneco foi muito correto comigo, alias, sempre o Manoel Gonçalves Ferreira Filho foi muito correto comigo, por isso é um homem que eu admiro também. Não comemos do mesmo pão político, mas isso não quer dizer nada

¹²⁸ Manoel Gonçalves Ferreira Filho. É um advogado, político e professor.

¹²⁹ Geraldo de Camargo Vidigal.

¹³⁰ Alcides Jorge Costa. Advogado e professor universitário.

¹³¹ Dalmo de Abreu Dallari. Advogado e professor na Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo.

¹³² Nome sujeito à conferência.

¹³³ Antônio Morimoto. Advogado e ex-deputado federal.

¹³⁴ Modesto Carvalhosa. Advogado e professor.

quando a gente está diante de uma pessoa de caráter. Quer que eu fale alguma coisa sobre dois ou três casos da minha vida profissional?

R.M. - Por favor.

E.G. - Têm casos... Porque nós estamos falando como advogado, não é? Eu tenho uma história formidável que é a seguinte, o delegado geral de polícia chamava Celso Telles¹³⁵. Ele era amigo de meu pai, e ele me procurou.

R.M. - Desculpa, o senhor se lembra que ano, que época?

E.G. – Olha vou te dizer...não vou dizer o ano, mas vou dizer a época, foi exatamente quando na primeira vez esse Maluf¹³⁶ era governador de São Paulo. O secretário da segurança era... Exatamente, foi na passagem do Maluf para o Montoro¹³⁷. Eu vou falar tudo. O secretário da segurança era não sei o que Gonzaga¹³⁸, que tinha sido presidente do Tribunal de Justiça, e por uma arte qualquer jogaram em cima do Celso Telles... queriam que o Celso Teles fizesse alguma coisa. O Celso Teles se insurgiu, houve um mandado de segurança, o Montoro ia tomar posse logo depois, eu disse para o Celso Teles: “o senhor não pode ser intimado”. O Celso Teles ligou para mim e disse: “Eros...” eu não tinha grande... passou a me chamar Eros porque eu era o Eros, era filho do amigo dele, tinha idade para ser meu pai. Disse: “Eros, tem um oficial de justiça, -ele era delegado geral de polícia- tem um oficial de justiça aqui na porta.” Eu disse: “o senhor fuja, saia.” Ele disse: “mas não tenho por onde sair.” Eu falei: “então o senhor, manda prender ele, -falei de brincadeira, não é? Ele desligou o telefone, em dez minutos depois, meu escritório era na Praça Ouvidor Pacheco Silva, naquele predinho fininho, ao lado do Itamaraty, e ele chega no meu escritório. Chega e diz: “eu consegui escapar...” Aí começamos a conversar, conversar, mas eu precisava ir ao fórum. E sem graça, não é? Lá pelas tantas, eu disse: “o senhor vai me perdoar, mas eu preciso ir ao fórum, até para ver lá o seu caso.” Ele disse: “está bom, mas você me deixa ficar aqui no seu escritório?” E quando eu descí, cheguei no térreo, eu comecei a rir na porta, porque eu estava escondendo o delegado geral de polícia, estava omisiando o delegado geral de polícia. Eu já tinha tido experiência de esconder, não no meu escritório, mas na

¹³⁵ Celso Telles. Foi delegado geral da polícia civil.

¹³⁶ Paulo Salim Maluf. Ex-prefeito de São Paulo.

¹³⁷ André Franco Montoro (1916 - 1999). Foi governador do estado de São Paulo.

¹³⁸ Nome sujeito à conferência.

minha casa, gente muito importante como a Heleni Guariba¹³⁹, sabem quem foi a Heleni Guariba?

R.M. - Foi morta.

E.G. - Heleni, filhos, estiveram na minha casa; eu escondi durante 40 dias um grande cara, *grande cara*, um amigo com quem eu falei até hoje de manhã no telefone, Roberto Müller Filho¹⁴⁰, e tantos outros. Isso na época dura, isso antes dos anos 60, fim dos anos 60. Uma história bacana também, muito bacana, houve um sujeito que foi juiz aqui em São Paulo, grande figura, que além de ser juiz ele era jornalista, e escrevia no *Estado de São Paulo* como Mathias Algodão, era o Tarso Arruda Campos, grande figura, muito amigo do Aldo Lins e Silva. E numa determinada ocasião, ele já havia falecido, ele foi reintegrado, foi cassado e depois reintegrado na função de juiz, estava para se aposentar, seria promovido a desembargador e aí ele faleceu. Bom, então ficou essa história, como é que fica a aposentadoria, e o filho dele veio me procurar. O próprio filho era advogado da mãe, portanto da viúva do Tarso. Ele veio me procurar, queria que eu desse um parecer, falei: “não vou dar parecer, você substabelece.” Aí foi uma das coisas mais emocionantes da minha vida porque já tinha começado o julgamento e tinha um voto do Oswaldo Oliveiros...Oswaldo Ferreiro¹⁴¹, que era contra, então eu fui fazer a sustentação... Eu não me lembro como foi isso, se cabia sustentação, só sei que aí nós conseguimos reverter. Havia um grande desembargador em São Paulo, homem sério, Aniceto Allende¹⁴², que deu um belo voto. Sabe histórias que ficam? Você tem histórias em que o Direito aparece, não é? A tese jurídica, e tem histórias em que você comete bravatas, você praticamente desafia o tribunal. Eu defendi uma menina que tinha sido minha aluna, sem recurso nenhum, e que tinha sido engabelada por uns parentes e assinou numa empresa, os autos de penhora, e houve então prisão de depositário infiel,

¹³⁹ Heleni Telles Ferreira Guariba (1941- desaparecida desde 1971, aos 30 anos). Professora universitária e diretora do “Grupo de Teatro da Cidade”. Foi presa no Rio de Janeiro no dia 12 de julho de 1971, juntamente com Paulo de Tarso Celestino da Silva (desaparecido), por agentes do DOI-CODI/RJ. Há informações discrepantes em relatórios oficiais sobre sua prisão: segundo o Ministério da Aeronáutica ela teria sido presa em 20 de outubro de 1970, já o Relatório do Ministério do Exército, no dia 24 de abril de 1970. Ambos os relatórios afirmam que ela teria sido solta no dia 1º de abril de 1971, porém Heleni nunca mais foi encontrada.

¹⁴⁰ Roberto Müller Filho. Jornalista.

¹⁴¹ Nome sujeito à conferência.

¹⁴² Aniceto Allende. Desembargador.

um negócio terrível, que hoje não existe mais. E eu fui ao tribunal de justiça, fui sustentar e levava um negócio aqui atrás. Quando eu comecei a sustentação, era o *Estado de São Paulo* que dava a notícia de um milionário que tinha sido solto naquele dia, em primeira página, não vou dizer quem era. Ficaria muito graneiro eu falar nisso, muito caro eu falar nisso, e eu puxei e falei: “senhor presidente, fulano de tal, solto, minha cliente, pobre, tenho poucas esperanças de obter sucesso nessa minha sustentação.” Depois quando terminou o desembargador que era meu amigo... você saia por aqui e o desembargador saia por aqui, ele fez sinal para mim aqui e disse assim: “Eros, a próxima vez que você fizer isso, *eu* dou ordem de prisão para você. Eu falei: “tudo bem, mas vocês me deram habeas-corpus”. [riso]. Então, são coisas que você não esquece mais na vida.

M.S. - Tinha mais uma que o senhor queria contar?

E.G. – Quer falar do negócio da...Tem outras coisas que provam que o sujeito tem que ser... você nunca pode pegar um caso partindo da consideração que você conhece alguma coisa, todo caso tem que ser o primeiro caso, como se você nunca tivesse advogado antes e fosse tomar aquilo como seu primeiro caso. Tinha uma encrenca jurídica muito grande, numa disputa de uns bens, o sujeito procurou um penalista, o Paulo José da Costa¹⁴³, o Paulo José da Costa não achou nada, mandou para mim para examinar, eu olhei tudo, até que quando o caso estava encerrado, -eu tinha tido um cliente que não tinha nada a fazer-, e eu fui juntar os papéis, eu vi que havia uma contradição em termos, porque quem assinava como testemunha o documento era alguém, exatamente a pessoa que estava em litígio, -com esse que deveria ser e acabou sendo meu cliente-, e só tinha uma explicação para isso, ele ter sido traído pelo advogado. Aí eu chamei o sujeito, -esse advogado tinha sido advogado dele-, eu fui ao escritório desse advogado para não dizer coisa nenhuma, só enrolei, porque depois eu queria que ele viesse ao meu escritório. “Olhe, eu tenho uma proposta.”, e quando ele veio ao meu escritório, eu coloquei em cima da mesa, e disse: “olha aqui. Vou à Ordem, agora.” Ele disse: “preciso de 48 horas para compor, para fazer uma composição.” Ou seja, se não fosse aquela coisa de você não se considerar o tal, não é? Mas ser humilde, eu não teria resolvido esse caso que era um caso muito grande. Uma coisa importante, que talvez a gente não tenha falado, foi a Constituinte, eu cheguei a falar nisso?

¹⁴³ Paulo José da Costa. Advogado. Foi professor na Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo.

R.M. - Não, ainda não chegamos.

E.G. – Bom, então vamos esperar.

R.M. - Se o senhor quiser falar nisso agora... Eu tinha uma pergunta anterior a isso. Nas pesquisas que nós fizemos, foi algo difícil de apurar, o senhor poderá nos esclarecer se estivermos errados. Nós identificamos que mais ou menos na década de 80, talvez meados da década de 80, intensifica-se a sua atuação como parecerista, que é um tipo muito qualificado de advocacia, na verdade o parecerista é o advogado dos advogados, não é? O que que o senhor... como começou essa fase na sua vida profissional, o que o senhor julga que foi determinante para que o senhor começasse a ter essa atuação?

E.G. – Olha, eu... Por coincidência, lá em Tiradentes, onde estão meus livros, minha papelada, eu estou fazendo uma grande limpa de jogar fora uma porção de coisa que ficou acumulada e deixar só... Qual foi a primeira vez que eu dei um parecer? Não foi uma coisa anormal porque eu... [pausa]. Vou recomeçar, rapidamente, não vou gastar tempo demasiado. O Laudo Natel, por causa daquela história que eu contei, ficou meio com uma dívida com meu pai. Então uns meses depois, um ou dois meses depois que ele toma posse, ele mudou tudo que era diretoria de empresa estatal e eu fui indicado por ele para ser diretor administrativo financeiro de uma empresa chamada Comepa, Companhia Melhoramentos de Paraibuna. Já contei isso?

R.M. - Não.

M.S. – Não, está na pesquisa.

E.G. - Que foi uma história engraçadíssima que o presidente era o dr. Borba, e o dia que eu me apresentei ao dr. Borba lá no Palácio Mauá, depois o dr. Borba disse... estava os outros três diretores, quando eu saí, parece que o Borba virou para o dr. Sílvio Pires e falou: “o governador ficou louco, mandou um menino para cá.” Eu era um menino. E depois, foi muito engraçado, porque depois eu dizia sempre para o dr. Borba o seguinte, que eu paguei a minha estada como diretor da Comepa, se eu ficasse diretor da Comepa até o ano de 2300 mais ou menos. Por quê? Porque tinha um negócio chamado caderno de preços dos empreiteiros. Então o empreiteiro ganhava por aquelas coisa que lá estavam, entrava mão de obra... tinha lá um item que dizia: imposto de transações e tinha vindo a reforma tributária e tinha acabado com o imposto de transações. E nenhum empreiteiro... todo mundo se mancou. E aí eu cheguei no dr. Borba, “não tem mais isso aqui, tem que tirar isso, não dá mais para pagar os empreiteiros”, então por conta disso tirou-se, o preço que era aplicado a todos os pagamentos aos empreiteiros foi reduzido

por conta disso. Era uma porcaria, mas acho que era meio por cento ou um por cento, era um negócio significativo. Muito bem. Então eu fiquei lá na Comepa, depois essas empresas foram todas elas funcionadas e viraram a Cesp. Quando eu sai, quando acabou o governo Laudo, eu tinha um pequeno escritório de advocacia, voltei para o escritório, mas não tinha cliente. Aquela coisa meio imprudente que você faz quando é jovem, eu devia ter o que? 25, 26 anos. Aí o outro governo estava criando uma empresa chamada Comasp, e um sujeito que era meu superintendente, estava debaixo de mim como diretor na Comepa vira diretor financeiro da Comasp, e aí ele me chama para acompanhar a parte jurídica e tudo mais. Foi aí que eu conheci dr. Haroldo Jezler¹⁴⁴ cuja importância intelectual já mencionei. Muito bem, eu durante algum tempo fui chefe do jurídico e aí um belo dia disse para o dr. Haroldo: “Dr. Haroldo, eu só posso trabalhar meio período porque um dia esse negócio aqui acaba e eu tenho que estar firme no meu escritório.” Então eu trabalhava meio período, e ele acabou me dando um cargo para mim e para um outro sujeito chamado Cid Tomanik Pompeu¹⁴⁵, grande figura, foi professor da São Francisco, está aposentado, e foi professor assistente doutor, criou para nós dois o cargo de assessor da presidência, Apre, o que nós fazíamos era dar parecer. Então, tenho vários pareceres Apre, era Apre I, Apre II, Apre III, um nome lá. Aí comecei a dar parecer. Eu acho que nessa época, depois quando eu voltei para o escritório foi exatamente a época que eu ia voltar para o escritório, não tinha mais condições de ficar na Comasp, de conviver, a Comasp estava virando Sabesp, e aí eu comentei esse troço, que eu ia pedir demissão, aí um cara falou: “não peça demissão, um cara chamado Antônio Inácio Angarita da Silva¹⁴⁶, disse: “não peça demissão porque eu vou te pedir para vir trabalhar lá com o Mindley¹⁴⁷.” Bom, depois que o dr. Mindley deixou o governo, eu acabei saindo já da Comasp. Mas, eu não sei, meus primeiros pareceres, chamar parecer externo... deve ter sido exatamente nessa época. Eu acho que era um negócio de imposto do selo, eu não sei, era um negócio de um

¹⁴⁴ Haroldo Jezler. Engenheiro.

¹⁴⁵ Cid Tomanik Pompeu. Procurador aposentado do DAEE/SP.

¹⁴⁶ Antonio Ignácio Angarita Ferreira da Silva . Professor fundador da Escola de Direito de São Paulo da Fundação Getulio Vargas - DIREITO GV. Possui graduação em Ciências Jurídicas e Sociais pela Universidade Federal de Minas Gerais.

¹⁴⁷ Nome sujeito à conferência.

contrato. Na revista Tribunal 370, isso tenho de cabeça, não me lembro de que ano é isso, se foi antes ou depois, mas foi um dos primeiros pareceres que eu dei na vida, que eu fazia a diferença entre contrato de empreitada e contrato de compra e venda de bem futuro, [inaudível] especificações, é 370, e aí começou.

R.M. - O Senhor mencionou algumas pessoas que passaram pelos mesmos cargos que o senhor, mas a projeção que o senhor tem é muito única. O senhor atribui isso eventualmente a que, adicionalmente a sua passagem na São Francisco ou suas obras publicadas...? É uma pergunta difícil.

E.G. - Eu tenho 72 anos. Posso te responder isso metodologicamente como um marxista?

R.M. - Claro.

E.G. - Mas eticamente como um cristão?

R.M. - Claro.

E.G. – Um sopro...sei lá, uma certa circunstância, eu acho que sim, uma certa circunstância. Eu tive amigos, *eu tive amigos notáveis* e que não sei se o fato de ser amigo deles, eu não sei, aconteceu, eu nunca cedi. Tem uma história muito engraçada porque eu fiz parte de um movimento chamado Crítica Jurídica, mas fora do Brasil. E nós tivemos um congresso em Puebla, onde eu fiquei amigo fraternal do Antoine Jeammaud¹⁴⁸, francês, e do Oscar Correas¹⁴⁹, um argentino que se exilou no México. Oscar é um marxista exagerado, eu diria, ele mais do que encantado com o Marx teórico, ele é um comuna, exageradamente comuna. E uma vez houve alguma coisa aqui em São Paulo, houve um colóquio, ele veio fazer uma palestra, ele ficou na minha casa, eu precisava passar no escritório e ele me dizia, “mas o que tu fazes, qual é o teu trabalho?”. Eu tinha dado um parecer, que eu me lembro bem, eu falava sobre, eu não me lembro qual era o assunto, mas eu tinha uma nota de rodapé que falava na lei Chapelier, e um comentário de Marx sobre a lei Chapelier. Aí o Oscar cunhou uma frase que ele repetiu mais de uma vez, ele dizia para outros amigos lá: “Eros, é muito engraçado, los capitalistas lhe pagam para decir lo que dice Marx”, então, eu não sei, se você me perguntar, embora eu nunca sido uma coisa assim, nunca tivesse feito assim estardalhaço em volta do meu modo de pensar, eu acho que meu modo de pensar é uma

¹⁴⁸ Antoine Jeammaud. Professor na Université Lumière-Lyon 2.

¹⁴⁹ Nome sujeito à conferência.

garantia para um cliente capitalista de que se eu disser alguma coisa, eu não estou dizendo para agradar, é porque estou convencido mesmo, deu para entender a coisa? Quer dizer, eu nunca cedi, eu nunca dei um parecer, em toda minha vida, que fosse contrário a minha convicção jurídica e política também, lógico. E por isso recusei muito. Então eu acho que isso dá um tom de seriedade com alguma pintada de segurança política também. Eu acho que é isso sim.

M.S. – E professor, o senhor nasceu no sul, em Santa Maria, morou no nordeste, em Natal, aqui no sudeste em São Paulo, Americana, depois em Brasília...

E.G. - Americana, não, nunca morei. Sempre São Paulo, capital.

M.F. - Então temos uma informação errada, desculpa. Então praticamente todas as regiões do Brasil. Como o senhor vê isso na sua vida e até se isso de alguma maneira influenciou a sua decisão pelo Direito, talvez o seu sucesso no Direito também, já que a gente está falando disso?

E.G. - Pois é, eu mencionei, meu pai fez o concurso no Dasp, primeiro concurso público *sério* que houve no Brasil porque ele queria sair de Santa Maria e queria que o filho, eu, tivesse chance de estudar na universidade. Originariamente, meu pai queria, imaginava que eu estudasse Engenharia de Minas em Ouro Preto. Aliás meu pai estava fadado para ser transferido de Natal para Belo Horizonte, mas aí houve qualquer coisa lá no meio, negócio de trocar decreto e nomeação e meu pai acabou em São Paulo. Quando eu passei do ginásio para o curso clássico foi uma decisão meio dura, eu falei para meu pai, meu negócio não é coisa ligada à técnica matemática, [inaudível], vai fazer. E quando eu terminei o curso clássico eu queria estudar, fazer Língua Portuguesa, Letras, que era na Maria Antônia na Faculdade de Filosofia. Mas eu digo...pensava dentro da minha cabeça, meu pai vai ter uma decepção comigo, ele fez tudo isso e no fim eu faço um curso que eu poderia... aí eu digo, já que a Faculdade de Direito do Mackenzie é aqui... o curso clássico era um prédio aqui, tinha um pequeno jardim, era a Faculdade de Direito, atravessava a rua era a Faculdade de Filosofia. Aí pensei, vou fazer Direito, mas não... mas vou fazer Direito só para constar, aqui na Faculdade de Direito, não fiz vestibular na São Francisco. E quando começaram as aulas eu vi que meu negócio era Direito, aí fiquei com uma mágoa terrível que eu só consegui vencer quando eu fiz o doutoramento, o doutorado, fui aluno lá na São Francisco e depois virei professor. Então a minha história com o Direito é uma história que começa depois que eu entrei na faculdade. Ou seja, eu não entrei na faculdade porque eu tinha uma relação com o

Direito, entrei na faculdade porque eu queria ter um diploma de alguma coisa mais profissional do que de professor, e foi ali que eu me identifiquei. Meu primeiro livro que eu li foi Von Ihering, já mencionei isso, *O espírito do Direito Romano*.

R.M. - Agora chegamos na Constituinte.

E.G. - Aqui tem coisas notáveis. Geraldo Ataliba me telefona e diz assim: “oh, o Quércia está querendo montar uma assessoria para a bancada paulista. Eu falei: “Geraldo, me tira dessa porque eu não”... “Ele disse: “ não é um negócio, deixa eu explicar?” Era um negócio o seguinte, o grupo era Ataliba¹⁵⁰, Adilson, Bandeirinha¹⁵¹ e eu, nós quatro. Cada um de nós iria uma terça, quinta, que era o período em Brasília, não havia honorários, não recebíamos honorário, mas tínhamos a passagem pela Vasp que era uma estatal e hospedagem no Hotel Nacional, que era...eu não sei se era da Vasp, em suma, o que recebíamos era isso. Aó, depois que começou nós alteramos isso, porque nós passamos a sugerir que fosse uma semana o Ataliba, a outra semana o Adilson, a outra o Bandeirinha, a outra o Eros. Então por exemplo, o Ataliba ia uma semana e ficava três sem ter que ir, só ia na outra. Nós atendíamos toda bancada paulista, não apenas o PMDB. Onde nós atendíamos? No gabinete de um cara muito amigo nosso, faixa nosso, até hoje meu amigo, chamado Michel Temer¹⁵². E nós tínhamos, portanto, uma chave da Constituinte. Nós tínhamos lá, não sei se era uma carteirinha, um negócio que a gente entrava e saía. Então, eu aproveitei ali, eu fui aproveitado para ser assessor, não apenas dos deputados paulistas, mas também de um deputado gaúcho, meu amigo, Jobim¹⁵³. Meu amigo, como diz ele: “nascemos na mesma cidade, na mesma rua, no mesmo lado da rua, na mesma quadra, uma casa do lado da outra”, ele é mais moço do que eu, eu nunca deixei de ir a Santa Maria, a gente estava em Natal, mas ia para lá. O Nelson quando nós éramos guris, ele não dava bola, mas quando nós ficamos mais velhos, aí eu passei a ter contato diuturno com ele, eu ia volta e meia lá para o Rio Grande, tinha coisa política, depois posso contar um negócio que houve em 84 que acho que foi interessantíssimo e naquele momento eu me

¹⁵⁰ Geraldo Ataliba.

¹⁵¹ Nomes sujeitos à conferência.

¹⁵² Michel Miguel Elias Temer Lulia. É advogado, político, atual vice-presidente do Brasil no governo da presidenta Dilma Rousseff.

¹⁵³ Nelson Azevedo Jobim. Foi ministro da Defesa e ministro do Supremo Tribunal Federal.

aproximei muito de um sujeito em relação ao qual eu tinha grandes restrições, mas que ele tentou se... como é que a gente diz quando o cara se arrepende e se penitenciar e aí teve um comportamento espetacular, chamado Severo Gomes¹⁵⁴. Porque naquele momento começava o que se chamou a guerrilha da informática. Então entraram no circuito figuras como Claudio Marmana, Pietro Bizelle, Dória Porto¹⁵⁵, e nós redigimos o artigo 171 da Constituição, “Empresa brasileira de capital nacional”, que depois foi revogado. Isso dá para contar uma linda história. A revista de *Informação Legislativa*, número 179, eu conto essa história lá. Foi uma história muito engraçada porque me pediram para escrever sobre isso. E nessa ocasião eu liguei para o Jubinho, para o Dória¹⁵⁶ para toda essa gente dizendo: “posso contar?” “Pode contar.” E também tem um negócio Cedec, o que é Cedec? Que colheu vários depoimentos sobre constituinte, eu também conto essa história lá. *Foi um negócio espetacular* porque eu trabalhava de graça para a bancada paulista e para a guerrilha da informática, mas nunca recebi uma remuneração de felicidade interior tão grande como nessa época. Aí houve coisas, eu assisti o negócio do Mario Covas¹⁵⁷ com o Cunha Bueno¹⁵⁸, a negociação do plebiscito para a monarquia, uma coisa notável. Foi uma grande experiência. Depois essa, vamos dizer, guerrilha da informática continuou, porque tinha uma deputada que era uma figura encantadora, Cristina¹⁵⁹, agora esqueci no nome dela, já faleceu, foi uma coisa muito interessante. Agora eu tinha mencionado esse jantar que houve, em 84, porque eu ia para o Rio Grande do Sul.

E.G. - Eu falava, mencionava o jantar de 84, eu tinha ido ao Rio Grande do Sul, tinha coisa de OAB, e o Luiz Carlos Lopes Madeira¹⁶⁰ e o Jobim¹⁶¹ me usavam, eu dizia

¹⁵⁴ Severo Fagundes Gomes (1924 - 1992), foi ministro da Agricultura, ministro da Indústria e do Comércio e senador por São Paulo.

¹⁵⁵ Nomes sujeitos à conferência.

¹⁵⁶ Nomes sujeitos à conferência.

¹⁵⁷ Mário Covas Júnior (1930 - 2001). Foi engenheiro e político. Foi governador do estado de São Paulo.

¹⁵⁸ Nome sujeito à conferência.

¹⁵⁹ Nome sujeito à conferência.

¹⁶⁰ Luiz Carlos Lopes Madeira. Advogado. Foi representante da OAB no Conselho Nacional do Ministério Público.

sempre que eu era uma espécie de ursinho do circo porque eu ia fazia palestra no Alegrete, Paço Fundo, e aí eles faziam a política da Ordem. Mas naquele momento era muito importante, e tinha uma circunstância muito importante. O que se pretendia, a OAB nacional, e por outro lado um lugar de deputado, porque um lugar de deputado? Porque havia um sujeito chamado João Gilberto Lucas¹⁶², não me lembro se era Lucas Coelho, que era um homem brilhante, cheio de votos e que tinha resolvido que iria abandonar a política. Então era muito possível que um candidato que fosse da região amealhasse votos do João Gilberto. Então a dúvida era quem deveria ser candidato à Ordem e quem deveria ser candidato à deputado. E ali, naquela noite, nesse jantar, eu e os dois, o Nelson Jobim e o Madeira, que eu chamo de crioulo, que é uma maneira carinhosa de chamar alguém na minha terra, no Rio Grande, e ali se definiu que o Nelson seria candidato à deputado e o Madeira iria para a OAB. Aí aconteceu aquele negócio, o Nelson foi eleito, teve a precaução de ir logo para Brasília, no começo do ano, porque na verdade o que ele queria é pegar um bom apartamento. Como ele não tinha nada que fazer, ele começou a redigir um projeto de regimento da Constituinte. E aí se apresentou para o Ulisses Guimarães¹⁶³, falou que tinha feito aquilo, o Ulisses falou: “vou dar uma olhada”. No dia seguinte mandou chamar o Nelson. E aí nasce a aproximação do Nelson com o Ulisses Guimarães. Depois o Madeira perdeu a eleição da OAB, mas foi para Brasília e mora lá até hoje, é advogado lá e muito nosso amigo. Ontem, por coincidência eu liguei para o Jobim por um assunto de amigo, terminou a ligação dizendo: “liga para o crioulo”. E hoje de manhã eu liguei para o Madeira. Quando terminou a ligação diz ele assim: “liga para o Jobim”. Quer dizer, essa coisa que a gente... quantos anos são aí? Só daí para cá são quase 20 anos. Mas são pessoas que... a gente guardar imagem de pessoas, isso é uma coisa muito boa. Eu estava me lembrando nessa enfiada de coisas, não sei se falei no amigo do meu pai que era muito meu amigo, Jarbas Nobre¹⁶⁴, falei do San Tiago Dantas¹⁶⁵ com quem meu pai trabalhou, uma figura...

¹⁶¹ Nelson Azevedo Jobim. Foi ministro da Defesa e ministro do Supremo Tribunal Federal.

¹⁶² João Gilberto Lucas Coelho. Professor, escritor e político. Foi deputado-federal e vice-governador do Rio Grande do Sul.

¹⁶³ Ulysses Silveira Guimarães (1916 -1992). Foi um político e advogado, cujo papel na oposição à ditadura militar e na luta pela redemocratização do Brasil foi marcante.

¹⁶⁴ Nome sujeito à conferência.

R.Q. - Onde seu pai trabalhou com o San Tiago Dantas?

E.G. - No Ministério da Fazenda. E uma vez o San Tiago veio para São Paulo, foi jantar na casa do Zé Gregóri, e aí quando estava terminando o jantar chegaram os amigos e eu vi uma palestra *monumental*, que ficou todo mundo em volta do Zé, e da Maria Helena¹⁶⁶ e do San Tiago, e o professor Santiago falando sobre impressionismo. O Zé Gregório teve também uma importância muito grande na minha vida, além de ser amigo... conheci o Saulo Ramos¹⁶⁷ na casa do Zé Gregório e nós éramos, Saulo e eu, os únicos que conheciam Fernando Pessoa¹⁶⁸. Até hoje quando eu falo com o Saulo eu digo: “lembra que nós éramos os únicos que conheciam o Fernando Pessoa?” Estou falando em 60 e alguma coisa. E aí houve um negócio muito interessante também. Um dia o Zé Gregório diz assim para mim: “dá para emprestar o carro?” Eu tinha um Volkswagen, porque o Renato Archer¹⁶⁹ precisava ter um encontro secreto com o Jânio¹⁷⁰, era na época da Frente Ampla, aquele negócio. E aí o encontro entre o Renato Archer e o Jânio Quadros foi feito no meu Volkswagen. Sabe aquele troço do *Se meu Volkswagen falasse...* Eram coisas na época que... a política era de uma forma ou de outra... O Zé nunca esteve envolvido com partido nem nada, mas era uma coisa *que era o pão nosso de cada dia*.

R.Q. - No final da década de 80 o senhor mencionava, no intervalo, que teve uma viagem à Cuba.

E.G. - É verdade, que foi também uma coisa muito importante porque eu tive uma sorte muito grande, se é que se pode chamar de sorte. Eu fui à Havana para um evento, uma relação, o pretexto era uma relação com a Faculdade de Direito, e o homem com quem eu devia me encontrar era um sujeito, que eu sei que morreu recentemente, era uma grande figura, um sujeito chamado Daniel Bulté, mas foi um momento espetacular porque foi o julgamento do general Uchoa. General Uchoa tinha se metido com tóxicos e foi apanhado. Então eu assisti pela televisão lá, no quarto do hotel, assisti o

¹⁶⁵ Francisco Clementino de San Tiago Dantas (1911-1964). Foi jornalista, advogado, professor e político brasileiro.

¹⁶⁶ Nomes sujeitos à conferência.

¹⁶⁷ José Saulo Pereira Ramos. Advogado e escritor brasileiro.

¹⁶⁸ Fernando António Nogueira Pessoa (1888 -1935), mais conhecido como Fernando Pessoa, foi um poeta, filósofo e escritor português.

¹⁶⁹ Renato Bayma Archer da Silva (1922 -1996). Foi militar, cientista e político brasileiro.

¹⁷⁰ Jânio da Silva Quadros. (1917 - 1992). Foi o vigésimo segundo presidente do Brasil.

juízo do Uchoa, o voto do Fidel Castro levou oito, nove horas, algo assim, mais ou menos. Eu tenho todos os exemplares do *Gramma* daquele período, não é? Conservados comigo, e foi um negócio assim do ponto de vista histórico muito importante. Terminou o julgamento... tinha lá um motorista, o Jacinto, ficou muito meu amigo, o motorista de taxi. Cuba, se você tivesse que falar mal, se quiser falar mal de alguma coisa de Cuba, você tem que falar do serviço de transporte. Pelo menos naquela época era uma coisa simplesmente *horrorosa*. Então você tinha que andar de taxi. No dia seguinte de manhã, quando terminou o julgamento, eu perguntei para o Jacinto: “e agora, quando é que vão executar a sentença?” Ele me olhou e disse assim: “Eh, mira, está executada.” Já foi executada, assim que foi dada a sentença. E o Uchoa foi condenado à morte. Tenho uma lembrança genial, carinhosa, de um sujeito chamado Hélio Dutra¹⁷¹. Hélio Dutra era um sujeito que trabalhava num laboratório, ele era o representante brasileiro do laboratório brasileiro quando houve a revolução. E Fidel Castro num primeiro momento eles compraram o laboratório, ainda não era uma... E o Hélio Dutra disse que queria ficar trabalhando em Cuba, ele já era um homem... e morava no Vedado, lembro que telefonei, levava café para ele e umas revistas. E quando cheguei lá, telefonei, era uma casa de dois andares, que tinha uma ladeirinha, uma escadinha do lado, me lembro como se fosse hoje porque ele disse venha, e quando eu cheguei, toquei na porta, a mulher dele: “venha Hélio, venha, que chegou o camarada brasileiro.” Um negócio muito comovente. Ele era um entusiasmado. Dizia: “se um dia os americanos entrarem aqui, nos invadirem, eu e minha velha vamos repeli-los”, mas dizia isso com uma convicção, que só um homem de mais de 80 anos... e contradições, porque eu fiquei naquele hotel, não me lembro como é o nome, o hotel maior, *más grande* que havia, tem uma piscina que é com água do mar e na frente tem Molekon, e eu saí estava olhando o mar, e chegou um sujeito, que viu que eu era um estrangeiro, e me propôs fazer câmbio. Aí eu tive uma reação, passei uma descompostura no sujeito, o cara foi embora. Depois a noite eu me encontrei num jantar com o filho do Prestes, jornalista, e contei isso. Aí a contradição. E aí ele me disse: “você não imagina o mal que você fez a esse homem, porque ele vai passar o resto da vida pensando por esse momento, apavorado com a...por ter proposto.” Ou seja, um negócio muito bonito para você ver de longe.

¹⁷¹ Nomes sujeitos à conferência.

M.S. – Mas apavorado com a possibilidade de ser...

E.G. - Apavorado com a possibilidade de ser apanhado porque, imagina, fazer câmbio era uma... Quando eu saí de Cuba, eu quis dar uma grana para o Jacinto, e o Jacinto disse: “não, não adianta porque o dinheiro que você me der, eu não vou poder comprar nada. Então se você quiser me dar, com esse dinheiro aí, você pode me comprar uma ...” como chama aquelas roupas de goiabeira, algo assim...

R.Q. - Jardineira?

E.G. - É aquela roupa... eu não me lembro agora, “pode comprar uma dessas e uma espécie de um vestido para minha mulher.” Então, nós fomos numa loja que vendia coisa para estrangeiro, ele disse: “aquela e aquela.” Comprei. Se eu desse dez dólares para ele, ele só podia trocar aquilo por dez pesos. Mas tudo bem. Às vezes as coisas vistas por fora são maravilhosas, quando a gente chega por dentro... Eu ia te contar, nessa linha, a história do meu concurso para titular e a da Biblioteca. Quando eu fui fazer concurso para titular na São Francisco, eu não tinha grande esperança porque eu imagina, eu imagina que não fosse ganhar, eu supunha que viriam outros candidatos. Mas naquela época me telefonaram porque o Roberto Freire¹⁷² seria candidato a presidente da República. Me procuraram e disseram, “olha, você assina como jurista ou como advogado.” Eu falei: “tá bom.” Mas fiquei, será que vale a pena cumprir essa tarefa? Depois cheguei à conclusão, a faculdade tem que me aceitar como sou, se isso me comprometer não é porque eu não mereça a faculdade é porque a faculdade não me merece. E aí eu assinei. Agora, ando a procura disso, foi um manifesto que saiu no *Estado de São Paulo*. Um dia eu vou ao arquivo procurar pelas datas, mas não consegui recuperar isso. Eram aqueles manifestos que saíam publicados num quadrado, um quarto de página no *Estado de São Paulo*. Se você encontrar, tiverem alguma dica da data pode me dar.

M.F. - Esse é o manifesto do Roberto Freire?

E.G. - Da candidatura pró Roberto Freire.

M.F. - Não me lembro de ter visto, mas deve ser fácil achar.

E.G. - Isso deve ter sido em 89? Acho que deve ter sido em 89. Se vocês acharem me avisa? [riso].

M.F. - Eu mando.

¹⁷² Roberto João Pereira Freire. Advogado e político brasileiro.

E.G. - E a outra história da biblioteca, genial, isso já em 2000 e pouco. Morreu um jurista no Rio, não vou dar nome, e o filho, advogado também, queria vender a biblioteca. Eu telefonei, me convidou para almoçar, fomos almoçar, depois fomos a ver a biblioteca. E a biblioteca não interessava. Mas eu olhei, olhei, olhei, lá pelas tantas, acho que era quatro e alguma coisa, eu falei: “eu preciso ir.” “O senhor vai onde?” “Eu vou passar pelo IAB, Instituto dos Advogados do Brasil”, e ele falou: “chi, cuidado, hein, aquilo lá é um antro de comunistas.” Aí eu não resisti, eu disse: “pois é, eu sei, eu sou o vice-presidente.” E o cara não sabia onde enfiar a cara, não é? Mas foi divertido. Conteí muita bravata?

R.Q. - Não... Retomando aqui o fio da meada, quando o senhor mencionava o governo Quéricia, nas pesquisas que fizemos identificamos que o senhor teve uma importante atuação como advogado no episódio da compra de armamentos de Israel em que posteriormente acusações de corrupção no governo. Queria que o senhor comentasse sobre sua atuação nesse caso, como chegaram ao senhor?

E.G. – Olha, eu era advogado, Belluzzo¹⁷³ me procurou, o Belluzzo era secretário da Ciência e Tecnologia. Foi sucedido pelo Severo. Severo é um sujeito que eu quero bem, mas o Severo era complicado, era uma figura bastante complicada. Alguém botou na cabeça do Severo que existiria alguma irregularidade no caso. E quem, vamos dizer assim, levantou a dúvida sobre a ocorrência de alguma irregularidade foi o Severo. Houve uma reunião na casa do dr. Ulisses, aqui, continuação da Gabriel Monteiro da Silva. Nessa reunião estava dr. Ulisses, Severo, eu, João Manuel Cardoso de Mello¹⁷⁴, Luciano Coutinho¹⁷⁵, tinha mais alguém que não me lembro. Lá pelas tantas o dr. Ulisses virou e disse: “Eros, juridicamente o que há nesse negócio?” Aí eu falei, falei, falei. O João Manoel deu algum palpite, o Severo levantou e o dr. Ulisses disse assim: “está vendo, Severo, todos seus amigos acham que você está errado.” Aí o Severo andou para cá e soltou uma interjeição que eu não vou repetir, “todos meus amigos querem me ferrar.” Foi mais enfático. Eu sei que aí foi uma discordância. E nesse dia, ele e o Ulisses ficaram rompidos. Você sabe que só voltaram a se... vamos dizer assim, confraternizar, no dia em que eles tomaram o helicóptero, ou alguns dias antes, onde

¹⁷³ Luiz Gonzaga de Mello Belluzzo .Economista.

¹⁷⁴ João Manuel Cardoso de Mello. Economista e um dos fundadores da Unicamp e da FACAMP.

¹⁷⁵ Luciano Galvão Coutinho. Economista brasileiro e atual presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

morre o dr. Ulisses e o Severo. Bom, eu advoguei para o Belluzzo e inteiramente convencido que não houve absolutamente irregularidade nenhuma. Pelo menos eu posso afirmar isso, não havia nenhuma irregularidade que alcançasse o Luiz Gonzaga Belluzzo, que era meu amigo, meu amigo da Esquina, era e é meu amigo. Aquele negócio terminou no STJ, se não me engano. Olha, não é porque o Quércia tenha ido embora que eu vou falar isso, o Quércia era um homem leal. Eu nunca soube de nada especificamente. Em suma, era um homem que eu admirava. Quando deram o nome do viaduto ali na margem, aquele viaduto que corta a margem do Tietê, eu não estava em São Paulo, estava na Europa, depois até escrevi uma carta para a senhora dele, que eu tinha sido convidado, e aí dei uma gafe terrível, dizendo: “pois é, quando eu cheguei de viagem, passando pelo rio Pinheiros, vi o viaduto.” Mas isso não estraga o respeito, a consideração, não o respeito, que eu tinha pelo Quércia, era um bom sujeito.

R.Q. - O senhor mencionou o STJ, enfim, falando de tribunal superior, pouco tempo depois o senhor foi cogitado para ir ao STF e na segunda vez em que seu nome foi aventado, o senhor finalmente chegou a ministro. Gostaria que o senhor falasse sobre o processo de chegada ao STF.

E.G. - Eu diria que a primeira coisa, se alguém me pedisse, assim, dissesse quais são as regras para ser ministro do Supremo? A primeira regra, não fazer campanha. Quem faz campanha, e pior, confessa que fez, para ir para o Supremo, não merece o exercício desse ofício. Porque, não se faz campanha para ir para o Supremo. Um outro ponto, você tem que ser chamado, você não pode se oferecer. Quem se oferece, não merece aquela mulher. Tem que saber ser discreto. Aliás, isso vai marcar tudo. Segundo ponto, como eu sabia já há uns dois meses, foi quando falamos a primeira vez, que a gente ia conversar, eu pedi autorização, uma história que houve entre três pessoas, para contar isso que vou contar agora e fui autorizado a contar. Não foi a segunda vez que eu fui cogitado para o Supremo, foi a terceira. Porque quando o ministro da Justiça era o Jobim, e o Rezek¹⁷⁶ saiu do Supremo, pela segunda vez, o Jobim era o ministro da Justiça, ele me ligou e disse: “tu ven a Brasília esses dias?” Eu disse: “Estou indo depois de amanhã.” Ele disse: “então venha cá para casa.” E eu fui e tinha um jantar na casa do crioulo, do Madeira, por coincidência. É a primeira vez que eu estou contando isso,

¹⁷⁶ José Francisco Rezek. Foi procurador da República, ministro do Supremo Tribunal Federal, presidiu o Tribunal Superior Eleitoral, foi Ministro das Relações Exteriores. Eleito pelas Nações Unidas exerceu um mandato de nove anos na Corte Internacional de Justiça. É advogado e professor universitário.

hem. Pouquíssima gente sabe dessa história, minha mulher sabe. E era um jantar em homenagem ao Paulo Brossard¹⁷⁷. Quando o Jobim era ministro da Justiça, quando nós descemos, ele falou para o motorista e para aquela *antourage*, “eu vou guiando o carro porque quero ter uma conversa.” E aí ele me disse o seguinte: “o Rezek está saindo e o Fernando¹⁷⁸ quer que eu vá, mas eu não sei se vou, se eu não for, vai tu, te prepara.” “Mas você está dizendo isso da tua cabeça ou já falou com o presidente?” “Não, já falei.” Mas no linguajar gaúcho: “te fecha, tá?” Muito bem, e ele acabou aceitando. Mas eu já quase fui naquela ocasião.

M.S. - Que ano foi isso?

E.G. - 98, 99. Quando o Jobim foi, teria ido eu. Alias, eu quero abrir um parêntese aqui, se me permitirem, eu não sei se eu já falei que cometi um erro político muito grande num determinado momento com as privatizações.

R.Q. - Estava na pauta.

E.G. - Está na pauta?

R.Q. - Mas se o senhor já quiser falar disso...

E.G. - Vamos chegar lá para não interromper aqui. Bom, aí eu não fui. Depois eu tive uma indisposição com o governo Fernando Henrique por conta de negócio de privatização. Outro dia me perguntaram: “foi o Lula que lhe indicou para o Supremo?” Eu disse: “não, quem me indicou para o supremo foi o presidente da República.” Poderia ter sido o Fernando Henrique, que teria sido o presidente da República, como foi o Lula, foi, mas antes do Lula foi o presidente da República. Isso para mim é uma coisa muito clara. Como eu conheci o Lula? Eu conheci o Lula na Faculdade de Direito da USP, o Dalmo Dallari¹⁷⁹ era diretor e o Lula que era candidato foi fazer uma visita lá na Faculdade de Direito. Estava o filho do Dalmo, o Pedro Dallari¹⁸⁰, bom sujeito, junto, e eu conheci o Lula naquela ocasião. Depois fui indicado por um primo distante, que eu até nem gosto de ser primo, porque não é uma figura de bom caráter. É muito engraçado você dizer: “eu fui primo”, pois é, eu fui primo desse sujeito, por indicação

¹⁷⁷ Paulo Brossard de Souza Pinto. Agropecuarista, advogado, professor e político brasileiro.

¹⁷⁸ Fernando Henrique Cardoso. É sociólogo, cientista político e político brasileiro. Foi senador da República, ministro das Relações Exteriores, ministro da Fazenda e presidente do Brasil por duas vezes.

¹⁷⁹ Dalmo de Abreu Dallari. É um jurista brasileiro e professor da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo.

¹⁸⁰ Pedro Bohomoletz de Abreu Dallari. Advogado e professor da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo.

desse sujeito que foi meu primo, eu fui parar no Conselho de Desenvolvimento Econômico Social, logo no começo do governo. Eu tinha feito junto com o Marcio, Celso Antônio, mais o Baeta¹⁸¹, advogado no Rio, e esse sujeito que foi meu primo, eu tinha prestado alguma colaboração dando opinião jurídica e tal. Então, o fato é o seguinte, o Lula sabia da minha existência, e o Marcio sobretudo. Quando houve o Congresso da OAB, em 2002, o PT assumiu a presidência em 2003, é, o Márcio falou comigo, falou: “teu nome está aparecendo...” final de 2002, “teu nome está aparecendo, são três vagas.” Eu falei: “não tenho condição.” Na época eu tinha um escritório grande, tinha muita gente que trabalhava para mim e se eu saísse de repente eu ia deixar gente... E o Marcio disse: “então ficamos aprazado para o ano que vem.” Está bom. E aí...eu sei que eu virei membro do Conselho de Desenvolvimento Econômico Social. Lembra, esse Conselho existe até hoje, eu acho. Que é um negócio que congrega aí, muito na base das composições representantes da indústria mais tradicional até essa coisa da... não é? Até que veio 2004, não é que eu tivesse preparado. Num dia da semana santa, acho que quinta-feira da semana santa, eu estava em Tiradentes, tocou o telefone, era o Marcio dizendo: “só para te avisar que tu vai ser indicado.” O Arnaldo Malheiros¹⁸² por coincidência estava na sala do Marcio. Não foi a primeira vez que... para ser para juiz não foi... A primeira vez que... Vocês sabem que tem um negócio chamado quinto constitucional. Em 88, agosto de 88, um juiz, juiz da 7ª Vara de Família e Sucessões, engraçado, ele sucedeu o Peluso¹⁸³, que era juiz da 7ª Vara de Família e Sucessões, quando eu conheci o Peluzzo. Esse cara telefonou para mim e falou que queria falar comigo, eu falei: “bom, doutor, eu vou.” “ Não, mas eu preciso falar com o senhor fora do tribunal, preciso ter uma conversa pessoal com o senhor. O senhor pode me receber na sua casa?” Eu falei: “lógico.” Aí cheguei em casa falei para a Tânia: “Tânia, eu acho que eu devo ter feito alguma. O cara quer falar comigo aqui.” E aí ele veio e disse: “é a ultima vez que o presidente do Tribunal de Justiça vai indicar alguém para o Tribunal de Alçada. E nós queríamos... ele [inaudível] foram aceitas. Eu falei: “isso é uma coisa tão inusitada que eu não posso lhe responder agora, não é? Vou lhe pedir para amanhã na 7ª

¹⁸¹ Nomes sujeitos à conferência.

¹⁸² Arnaldo Malheiros. Advogado.

¹⁸³ Antonio Cezar Peluso. Advogado, magistrado e jurista brasileiro. Presidiu o Supremo Tribunal Federal.

vara...” Esse cara chamava Henrique Calandra¹⁸⁴, que por coincidência, eu o vi hoje na televisão que ele está assistindo a sabatina, Henrique Nelson Calandra¹⁸⁵, não é? Engraçado, outro dia eu comentei o assunto, ele disse: “não, mas era para o STJ.” Eu falei: “é lógico que não era para o STJ”, por uma razão muito simples, quem indicaria para o STJ seria o presidente do STJ, sei lá, não teria isso. Aí era aquela história que o presidente do TJ indicava para o governador... aquela história. Aí o cara foi embora a Tânia falou: “o que houve?” Eu disse: “olha, ele está me convidando para ser juiz.” “O que significa isso?” “O que significa a diferença é a seguinte, advogado, se eu empacotar amanhã vai ser dois salários mínimos de pensão, se eu for para o tribunal você vai ter uma vida tranquila, pelo menos decente.” Aí diz ela assim para mim: “e você vai poder falar tudo que você fala por aí?” “Não, aí eu tenho que fechar o bico.” “Então eu fico com os dois salários mínimos, mas não aceita esse negócio não.” Quer dizer, a grande figura, não é? Da minha vida, sempre, não vou me cansar de dizer isso, meu pai e minha mulher. A vida valeu a pena por ter sido filho dele e marido dela. É isso que me encanta. Aí eu não topei, lógico. Mas, como se diz na minha terra, não se deixa o cavalo passar encilhado duas vezes do lado, acaba montando. Aí vem grandes coisas, assim, extremamente ricas, engraçadas que aparecem. Ainda bem que eu tomei nota de algumas coisas. Eu tomo posse ministro do Supremo, vim ...um ano depois, estava em São Paulo fui almoçar nesse restaurante que tem aqui em baixo com um amigo, passa um sujeito, eu vi que ele voltou, olhou, aí me viu, fez assim, subiu, disse: “oh, ministro, tudo bem?” Eu falei: “tudo bem. A gente se conhecia na faculdade, não é?” Ele falou: “pois é, você vê como as coisas mudam, o senhor é ministro do Supremo e eu sou chefe dos seguranças aqui da região, porque a minha especialidade sempre foi segurança, viu, ministro. Inclusive, na faculdade, quem estava de olho em cima do senhor para ver o que o senhor fazia politicamente era eu, eu era do Dops, viu?” Eu fiquei olhando para o cara... Porque você vivia um momento em que as coisas eram escondidas, aí de repente você vira ministro do Supremo e aí começam aparecer coisas. Graças a Deus nunca apareceu nada comprometedor. [riso].

R.Q. – Deixa eu perguntar uma coisa para o senhor sobre esse momento que o senhor se torna ministro. Na entrevista passada o senhor dizia que o senhor começou a atuar no Direito Econômico na época em que o Direito Econômico como tal não existia, e,

¹⁸⁴ Nome sujeito à conferência.

¹⁸⁵ Henrique Nelson Calandra. Desembargador.

portanto o senhor pertence à geração de juristas que construiu essa área do Direito chamada Direito Econômico. E o senhor tem, como um jurista proeminente na área, muitas teses, que são teses usadas no mundo jurídico com as quais eu imagino que o senhor tenha tido que se confrontar uma vez virado como ministro para dizer sobre, enfim, o acerto ou a procedência ou pelo menos a aplicabilidade daquela tese a um determinado caso. Como é que foi para o senhor virar ministro tendo sido alguém que era um intelectual público na sua área? Como é que o senhor lidava com isso?

E.G. - Olha, deixa eu dizer, eu lidava...eu nunca me violentei, por quê? Continuo a insistir que o Direito é uma prudência e que há sempre mais de uma solução correta, e que tu escolhes uma decisão, evidentemente limitado, e eu não quero ficar repetitivo, mas limitado pela moldura dos textos e dos fatos, mas a partir da tua pré-compreensão. Então algumas coisas que eu, sei lá, que eu...nas quais eu insisti como professor: administração não tem poderes, administração tem deveres; o Estado deve, ele não pode. Segundo, quem produz a norma é o intérprete, e outras coisas mais. A distinção entre conceito e definição. Eu acho que tudo isso em mim formou para em cada caso escolher essa e não aquela decisão. Ou seja, as minhas decisões sempre dentro da moldura dos textos e dos fatos, sempre foram informadas pelas minhas pré-compreensões, mas eu creio nunca ter excedido essa moldura, então nunca houve conflito. Eu sempre usei tudo aquilo que eu pensei, continuei a pensar para informar a decisão que eu tomava.

R.Q. - Nas pesquisas que nós fizemos, houve um caso que houve bastante repercussão. Na verdade eu vi vários, eu tenho quatro anotados aqui, mas uma em que houve bastante repercussão do seu voto, do voto do senhor que foi da contribuição dos inativos porque o senhor havia tido um parecer anteriormente que continha uma posição que segundo diziam os jornais foi, em alguma medida, diferente daquilo que constou do seu voto. Houve, o senhor mudou de opinião ou não mudou de opinião?

E.G. - Não, não mudei de opinião e não é verdade. Isso daí foi o seguinte. A Associação dos Docentes da Universidade de Campinas me fez uma pergunta, e quem a Associação dos Docentes da Universidade de Campinas, quem era o sujeito que me fez essa pergunta era um cara chamado Osmar Machese¹⁸⁶, professor da Unicamp, que inclusive cujo doutorado eu tinha examinado. Fui da banca dele na Unicamp. Porque eu fui

¹⁸⁶ Nome sujeito à conferência.

professor na Unicamp também, não é? E não tem nada a ver uma coisa com a outra. Aquilo *é de uma maldade, mas de uma maldade atroz*, porque o parecer que eu dei para a Associação dos Docentes é outro aspecto inteiramente diferente. Eu tenho até cópia, se você quiser te mando a cópia para vocês. Então não tem nada a ver uma coisa com a outra, realmente eu não precisei, vamos dizer assim, mudar de opinião. Alias foi o primeiro voto, não é? O negócio da contribuição de inativos foi o primeiro voto que eu dei. Esse parecer, com essa coisa maravilhosa do computador, eu te dou cópia agora mesmo. Quais são os outros três casos?

R.Q. - Lei da Anistia.

E.G. - Ah, ah, ah. A lei da anistia é a prova cabal e evidente de que existe quilos de pessoas que dão opinião sem ler. Então vou fazer a primeira observação: a lei da anistia tem um texto que foi reproduzido no parágrafo 4º, se não me engano, do artigo segundo, da emenda constitucional que convocou a Constituinte. Logo, não tinha sentido questionar a constitucionalidade do preceito da lei ordinária porque ele foi repetido na emenda constitucional, perfeito? Porque ele foi repetido na emenda constitucional. O que prova que entrou-se com aquela petição inicial com inépcia por desconhecimento do que dizia e diz esse parágrafo, acho que é parágrafo 4º do artigo segundo, mas podem conferir, da emenda constitucional 27, eu creio. Quer conferir aí? Ou era inépcia por desconhecimento disso ou era inépcia por safadeza, porque lógico, quando você atende alguns interesses políticos... Primeiro ponto, uma solução possível seria indeferir, de plano inicial, por inépcia, se alguém quisesse discutir a constitucionalidade da anistia tinha que discutir não em cima do tecto da lei ordinária, mas sim em cima do texto da emenda constitucional. Segundo ponto, eu tinha a ideia de me aposentar assim que fizesse cinco anos. Esse processo foi distribuído para mim, eu ia me aposentar, mas eu cheguei a seguinte conclusão, se eu me aposentar agora, e eu viver até 2022, em 2022 um cara vai dizer assim para mim, “mas você afinou naquele caso, hem.” Então eu pensei, refleti muito e cheguei à conclusão que eu tinha de enfrentar a questão, *mas como juiz*, mas como juiz...mas como juiz E enfrentei. Eu acho que não há absolutamente nenhuma, já que nós estamos vindo nesse tom, se havia alguma... não tinha nada a ver, e nenhuma contradição com qualquer gesto anterior a minha vida. Aquilo foi um grande acordo em que os dois lados cediam, os dois lados cediam Eu fiz um levantamento na história do Brasil, naquele meu voto, que é um negócio que tem quase 70 folhas ou mais, eu só lastimo não... deixei de ver as anistias do governo

estadual do Rio Grande do Sul, é 22, 23, mas não importa. Ali eu acho que está tudo, eu tenho absoluta, total, completa e absoluta convicção que eu consegui ser, que eu cumpri plenamente meu papel de coisa juiz, vou explicar já, naquele caso. Porque coisa juiz? O Sartre¹⁸⁷, no *Ser e o nada*, ele fala do garçom, ele diz que o garçom cumpre aquele gesto, carrega bandeja, faz aquelas firulas, ele cumpre o papel de garçom, ele não é garçom. Quando ele sair do bar, do café, do restaurante, ele pode ser uma porção de coisas porque ele não é essencialmente garçom. Ele pode ser pintor etc, etc. É a mesma coisa o juiz, enquanto ele estiver lá ele tem que cumprir o papel de juiz. Quando ele sair ele pode até pensar de modo diferente, mas enquanto estiver lá ele tem que cumprir o cardápio, o menu, quer dizer, a Constituição e as leis. Posso até não concordar com uma série de coisas, mas enquanto homem do povo, enquanto jardineiro, enquanto arquiteto, enquanto boêmio, o meu papel de juiz eu tenho que cumprir o figurino do Direito Positivo da da Constituição. Foi isso que eu fiz *com imensa tranquilidade*. Lógico, as minhas pré-compreensões determinaram qual das decisões eu sufraguei, mas eu tenho que me manter dentro dessa coisa da moldura. Claro isso?

M.S. - Sim. É o mesmo caso do voto do feto anencéfalo?

E.G. - Dos anencéfalos? A mesma coisa. Por quê? Eu posso dizer em duas ou três palavras. O código civil diz que o embrião, anencefálo ou não, é sujeito de direitos, ele pode receber doações, ele tem legitimidade testamentária, ele tem direito a curador em determinadas situações, então, ele... o que diz o Direito Positivo é isso, não é? Então eu juiz, não existe possibilidade jurídica de eu aceitar o aborto de um sujeito de direitos, nessas e nessas e nessas condições. Eu escrevi um artigo sobre esse tema que vai sair num livro em homenagem ao ministro Neri da Silveira. Eu goste ou não goste, enquanto juiz, eu tenho que votar, *e votei* quando foi apreciada a liminar, e alias a liminar foi suspensa com meu voto e votei contra. Agora, isto não tem nada a ver com a opinião que eu pudesse ter quando eu estivesse no clube, no bar ou aqui em casa falando a respeito do assunto. Posso até ser a favor. Eu, ocasionalmente, sou contra. Porque isso tem a ver com as minhas pré-compreensões. Eu tenho um argumento [ad terrori]*¹ que outro dia, agora, há oito meses, conversando em casa, eu comecei a ficar irritado com uma senhora muito entusiasmada com o aborto, depois minha mulher falou: “não me faça mais isso, promete que não vai fazer.” Porque ela dizia: “não, mas tem que abortar

¹⁸⁷ Jean-Paul Charles Aymard Sartre (1905 - 1980). Foi um filósofo, escritor e crítico francês.

e tal.” Ei disse: “você concorda comigo que o aborto coloca em risco a saúde da mulher? Coloca, não coloca?” Pode haver um erro e a mulher morrer. Então para preservar a saúde da mulher e também não querer ter esse anencéfalo, não seria muito mais racional esperar que o feto nasça sem colocar em risco a saúde da mulher e aí você mata. É horrível, não é?

M.S. - É horrível.

E.G. - É horrível o que eu estou dizendo. Mas é tão horrível quanto isso, pensar em matar antes. Eu pelo menos vejo assim.

M.S. - Sim.

E.G. - Agora, ainda que eu pensasse o contrário, enquanto juiz eu tinha que votar de acordo com o Direito Positivo. Qual é o outro caso? [Risos]

R.Q. - Um outro caso que eu acho emblemático, sobretudo como exemplar da maneira de deliberação que existe hoje no STF, que foi o caso do Battisti, em que houve...

E.G. - Idas e vindas.

R.Q. - Idas e vindas e ao final pareceu que havia dúvida para o próprio tribunal sobre o que o tribunal havia decidido. Inclusive o senhor depois teve que falar: “veja bem, o que eu disse não foi exatamente isso”, teve que ser refeita a ementa. Como é que o senhor enxerga...?

E.G. - Quem era o relator?

R.Q. - Eu não me lembro do relator, eu me lembro que o presidente era o Luiz Peluzzo. Mas o que ali me interessava daquele caso é justamente esse modelo de deliberação que muitas vezes dificulta que se chegue a uma compreensão sobre qual é o, o que o tribunal decidiu, não é? Como o senhor avalia isso?

E.G. - Olha, eu...

R.Q. - O senhor avalia que isso sempre existiu, ela sempre foi uma dificuldade, ela é acentuada hoje? O que a acentua?

E.G. - Não, não. Essa dificuldade chama-se TV justiça. Onde eu vi, mais de uma vez, alguns colegas deixarem escapar coisas do tipo assim: “a televisão está funcionando?” Porque ficou em dúvida se estava transmitindo ou não. Ou o presidente dizer, “mas ministro fulano, está muito claro isso para todos nós aqui.” E o sujeito pilhar e dizer: “mas não é para os senhores que eu estou falando”, e olhar para a televisão. Então isso complicou *terrivelmente*, porque os julgamentos se transformaram num espetáculo público. E naquele negócio desse Battisti, sobretudo, os ânimos ficaram extremamente

exacerbados por causa da mídia. Eu li e reli esse caso recentemente... saiu um livro, um livrinho meu sobre a prestação judicial do Direito Penal, você tem? *Um belo livro*. Eu publiquei lá o meu voto... nem me lembro, em duas fases. Eu não fui relator disso.

M.F. - Foi Gilmar Mendes. Ministro Gilmar Mendes.

E.G. - Bom, então ali o que houve foi o seguinte. Li e reli. As pessoas não queriam entender e queriam levar o negócio de todos os lados. Eu não estou fazendo crítica a ninguém, mas é mais ou menos como se você defendesse essa tese, você defendesse uma tese oposta e eu defendesse essa tese, você diria: “não, o que o Eros disse está de acordo com o que eu estou dizendo.” E você dissesse: “não, não, o que o Eros disse está de acordo com o que *eu* estou dizendo.” Então o que aconteceu? Eu tive que, realmente, mais de uma vez, reafirmar aquela coisa... se vocês pegarem o acórdão, os votos vocês vão verificar que é uma mera reafirmação. Agora, o que está errado naquilo? O que está errado naquilo é o que está errado em todos os processos de extradição. Porque isso não é matéria para o Supremo. O que que o Supremo faz num processo de extradição? Bom, você tem duas possibilidades iniciais. Ou o ministro da Justiça pede a extradição ou ele não pede a extradição e aí o assunto morre aqui. Se ele pede, o Supremo tem que examinar se é a hipótese, isso se desdobra em duas coisas, mas ele tem simplesmente que dizer pode ou não pode extraditar, está ou não está de acordo com o tratado. E quem toma a decisão é o chefe do Poder Executivo. O Supremo não extradita. O Supremo pratica um ato de exame judicial da admissibilidade. E quem pratica o ato de extradição ou não pratica é o presidente da República. Só que isso que é de uma simplicidade monumental ficou extremamente “complexionado”, se é que esse verbo existe, senão nós criamos agora mesmo, ficou exatamente conturbado porque você tinha um envolvimento político midiático, menos do que político, midiático. Então um querendo aparecer mais do que o outro em torno da questão.

R.Q. - O senhor acredita que a deliberação não deveria ser televisionada?

E.G. - *Não, não poderia ser televisionada*. Mas, eu vou falar uma coisa um pouco, que só um homem de 72 anos pode dizer, nessa altura, da televisão. Mas me responda do fundo do seu coração, você admitiria ser televisionado fazendo pipi e outras coisas? Não. Isso é um momento de intimidade. *Gravíssimo*. Porque se eu sou juiz, eu sou incumbido pelo Estado de administrar a justiça do Direito Positivo, *isso é uma coisa muito grave*, está compreendendo? Se não houvesse televisionamento as decisões seriam tomadas com muito maior rapidez, não apareceriam egos, contradições,

fraquezas intelectuais e com [azá]*² e algumas falhas de caráter também em [azá], a coisa seria muito mais discreta.

M.S. - Mas como o senhor acha que ia ser o acompanhamento da população, do julgamento?

E.G. - A população não tem que acompanhar isso. A população tem que saber que um juiz do Supremo Tribunal Federal deve cumprir o seu ofício com extremo rigor, e a população não tem que ficar fiscalizando o que...as decisões que são tomadas. Pode-se, eventualmente... Vão dizer: “mas então fica sem controle?” Não, fica sob controle porque o Senado Federal pode inclusive impedir, dar um *impeachment* de um determinado ministro. Agora, o que você não pode é *vulgarizar* isso, porque no momento em que você vulgarizar, você se entrega à mais absoluta insegurança. A população não tem nada que ficar fiscalizando. Não é tarefa dela, não é direito dela, eu diria, fazer isso diretamente segundo critérios emocionais, midiáticos etc. Entendeu bem o...?

R.Q. – Sim.

M.S. – Sim.

R.Q. – É, professor, algum outro caso que o senhor julga, além desses que a gente já mencionou, algum outro voto que o senhor considera particularmente marcante para o senhor?

E.G. - Olha, todos têm exatamente a mesma importância. Nenhum é mais importante do que o outro. Porque todas as vezes que eu votei, eu procurei votar de modo adequado, e nunca dei mais importância a um do que a outro. Mas eu não resisto à tentação de dizer o seguinte, se eu chegasse em casa e o pai tivesse vivo, ele olharia para mim e diria: “não fez mais que a obrigação, guri.” E era isso que eu queria ouvir na vida, só. Agora, lógico que você lembra de alguns casos porque houve isso, porque houve aquilo. Agora dois casos que são muito, eu diria, engraçados, um foi um negócio de habeas corpus de execução antecipada da pena. Quem pediu o habeas corpus era um sujeito que se *eu* estivesse no clube ou no café, “rá, rá” eu queria matar aquele sujeito, mas eu estava desempenhando o papel de juiz, e no quadro do Direito Positivo ele tinha direito a habeas corpus. É muito curioso porque os ministros se comunicam lá por uma espécie de torpedo, uns com os outros, e com o gabinete. E evidentemente que alguns votos o gabinete conhece antes, mas casos determinados o gabinete não conhece. Eu tinha um sujeito que eu levei para trabalhar comigo e fazia concurso e era meu assessor, fazia

concurso de juiz, e eu perguntei, mandei um email para ele: “que tal?” Ele estava fazendo concurso para juiz na época, eu falei “que tal?”, ele disse : “lindo voto, pena que foi com esse réu.” E eu mandei a resposta para ele: “você está fazendo concurso para juiz ou para justiceiro?” Se eu fosse justiceiro eu tinha mandado esse sujeito ficar o resto da vida atrás das grades, mas eu era juiz. E então eu dei o habeas corpus e o tribunal me acompanhou. É um caso de execução antecipada de pena, eu não me lembro agora... E um outro caso também que ficou muito na minha memória foi o caso de... o tal princípio da insignificância. Eu estava lendo na época, por outras razões e porque de vez em quando eu leio agora, e mais na minha idade ainda, São Tomás de Aquino¹⁸⁸, e tem um negócio que São Tomás fala na *oculta compensatio*, na oculta compensação, então ele diz: quem furta uma coisa de pequeno valor de quem lhe explora, pratica uma compensação oculta, e isso não é pecado. Aí, então, eu trouxe para o tribunal esse argumento da compensação oculta. Isso foi aplicado em casos de um sujeito que entrou num supermercado para roubar um litro de leite e coisas como... não me lembro, mas foram casos, assim, extremamente... *que a mim tocaram pessoalmente*. É bom você de vez em quando, verificar que além de você ter tomado a decisão correta de acordo com os textos do Direito Positivo, essa decisão coincide com aquilo que fora do tribunal como homem comum você acha justo.

R.Q. - Professor, e a vida após STF?

E.G. - *Ah, uma beleza.*

R.Q. - Em termos pessoais, em termos profissionais?

M.S. - Para a advocacia que o senhor...?

E.G. - Eu estou dando parecer, estou dando parecer e só. Meu escritório tem 50 m², escritório que eu tenho em São Paulo, eu tenho duas pessoas só trabalhando comigo, eu tenho uma sala em Paris para onde eu vou muito, que eu já tinha antes de ir para o Tribunal, na época em que eu fazia algumas arbitragens e que agora me ofereceram de novo, eu só dou parecer, tenho tempo livre o suficiente para escrever...

M.F. - A literatura também agora.

E.G. - Para literatura também, esse meu livro sobre Paris continua fazendo sucesso. Eu tenho uma pequena novela em curso, tenho um plano de não escrever, não publicar mais uma nova edição do livro sobre *Interpretação, aplicação do Direito*, mas escrever um

¹⁸⁸ Tomás de Aquino (1225-1274). Foi um padre dominicano, filósofo e teólogo.

novo ensaio, curto, não é? Tentando exorcizar essa coisa dos princípios da razoabilidade, da proporcionalidade, e minha vida se divide entre, um décimo dela em São Paulo, quatro quintos e meio em Tiradentes, quatro quintos e meio em Paris. [riso]. Você trabalha com esse negócio de MSN, vai ficar na frente da tela de televisão, o sujeito não precisa saber onde você está, assina digitalmente, então é glória, é a liberdade absoluta.

R.Q. – Alguma outra coisa... a Ficou faltando falar que a gente disse que ia mencionar e ainda não mencionamos. A questão das privatizações.

E.G. - Ali foi um erro meu, eu entrei naquele negócio, por conta do entusiasmo e de um oba, oba das pessoas que me cercavam, alguns juristas; curiosamente, gente que nunca tinha colocado a cabeça a risco, não é?

R.Q. – O oba, oba que o senhor diz é a crítica às privatizações?

E.G. - A crítica às privatizações, aquilo foi levado para um lado emocional e *eu devia ter refletido mais*. Acabei assinando os manifestos, acabei assinando uma inicial. Eu não entendi de uma ação de negócio da Vale do Rio Doce. Eu não entendia que havia...que as privatizações acabaram com o coronelismo no Brasil.

R.Q. - O senhor avalia que, portanto, que o processo final foi positivo?

E.G. - Eu acho que o processo final foi positivo, houve um azar miserável que foi um momento em que o Brasil esgotou as reservas que tinha, mas a grande verdade é que os cabides de emprego desapareceram, o que havia escondido lá, isso ficou mais concentrado. Entende? Se hoje você tem mil empregos que você pode pendurar os religionários, na época você tinha dez mil. Isso eu acho que teve um sentido positivo. E a minha ligação política com as pessoas, eu era muito ligado a essa gente próxima do MDB, quer dizer, que são meus amigos, ainda são meus amigos, quem eu poderia mencionar: Jobim, Aloysio Nunes Ferreira¹⁸⁹, bom essa gente toda. E foi um erro, mas... Numa conversa que eu tive com um amigo mais velho, não mais velho em idade, também em idade, eu comentei: “a eu acho, professor, que eu cometi um erro.” Ele falou: “a, que bobagem, todos nós erramos. E desencontro político, diz ele, aspas, é meu pão de cada dia. Que bom que depois a gente se entende.” Não preciso dizer quem é, posso?

R.Q. - Pode.

¹⁸⁹ Aloysio Nunes Ferreira Filho. É advogado e político brasileiro.

E.G. - Professor FHC, meu amigo. [riso]. Estou identificado politicamente?

R.Q. – Muito bem. Está, muito.

E.G. - Mais do que parecia inicialmente? [riso].

R.Q. - Alguma coisa que a gente tenha ignorado, não tocado que o senhor julgue...?

E.G. - Acho que não, acho que nós pegamos tudo.

M.S. - Posso só fazer uma ultima pergunta?

E.G. - Lógico.

M.S. - Na verdade, eu vi o vídeo de homenagem ao senhor, que está fazendo um ano agora, fizeram no STF, então, eu queria que assim, olhando para trás, para sua história, queria que o senhor nos dissesse, sem... lógico, dizer o que o senhor já disse muitas coisas nessas duas entrevistas, mas se tem mais alguma coisa que o senhor gostaria de dizer do que ficou, o senhor fala com orgulho da sua história, um homem de 72 anos, tem mais alguma coisa que o senhor gostaria de dizer?

E.G. - Olha, vai parecer que eu sou repetitivo... vai parecer que eu sou repetitivo, mas eu gostaria de ouvir, de continuar a viver, para chegando até o momento que eu chegar lá... você não leu meu livro sobre Paris, alguém leu?

M.S. - Não.

E.G. - É uma pena, não é? Mas eu termino o livro dizendo: “se eu for para o céu quando eu chegar direi a São Pedro: ‘hei, camarada, foi muito bom, dá para voltar?’” Até o momento que chegar essa hora, eu queria ouvir dois comentários, só. Meu pai: “não fez mais do que a obrigação, mas fez bem.” E da minha mulher, me aprovando. Acho que...a vida se resume a essas pequenas coisas, entende? Você saber que ser humilde é um privilégio, que às vezes os outros não conseguem ser. Cumprir obrigação, só isso, sem querer bancar o bicho danado, sem querer se mostrar, quietinho, quietinho. [riso] É isso.

R.Q. - Muito obrigado, professor.

M.S. - Muito obrigada.

E.G. - Imagina.

[FINAL DO DEPOIMENTO]